



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA**

SAMARA ROMAO FERREIRA

**Documentação Museológica de Fotografias Religiosas: O caso “Terreiro
Cabana Caboclo Pedra Branca”.**

OURO PRETO
2022

Samara Romão Ferreira

**Documentação Museológica de Fotografias Religiosas: O caso “Terreiro
Cabana Caboclo Pedra Branca”.**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado
em Museologia da Escola de Direito, Turismo e
Museologia da Universidade Federal de Ouro
Preto como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ana Cristina Audebert
Ramos de Oliveira.

Linha de Pesquisa: Museologia e Patrimônio

OURO PRETO
2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Samara Romão Ferreira

Documentação Museológica de Fotografias Religiosas: o caso "Terreiro Cabana Pedra Branca"

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia

Aprovada em 09 de dezembro de 2022.

Membros da banca

Profa Dra Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira - **Orientadora** - Departamento de Museologia/Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Fábio Adriano Hering - Departamento de Museologia/Universidade Federal de Ouro Preto
Profa Dra Marcia Maria Arcuri Suñer- Departamento de Museologia/Universidade Federal de Ouro Preto

Profa Dra Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 09/12/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/12/2022, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0440605** e o código CRC **36D302DD**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a toda egrégora espiritual que está comigo durante toda a minha caminhada.

Agradeço a minha mãe Claudinea Ferreira, e ao meu pai Gabriel Ferreira, por todo apoio emocional, financeiro, por serem meu porto-seguro nesta vida, e por sempre terem acreditado em mim e no meu potencial.

Agradeço a minha pequena irmã Stella Ferreira, por ser a companhia mais alegre desde que chegou neste mundo.

Agradeço a toda minha família por todo carinho e preocupação durante esses 4 anos de curso. Amo vocês!

Agradeço especialmente às minhas primas e amigas, Eliene Fraga, Gabrielle Fraga, Sandra Fraga, e Isabelle Fraga, pela amizade, escuta e conselhos durante todos os momentos.

Agradeço a toda a egrégora espiritual do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca, que desde o primeiro contato me acolheu e que me possibilitou aprender tanto, e em segundo momento me deram a licença para desenvolver este trabalho. Agradeço a todos os irmãos de santo que se tornaram minha segunda família.

Agradeço o acolhimento, a atenção e o carinho de Pai Erlon, que me permitiu desenvolver este trabalho sobre o Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca e me deu todo o apoio.

Agradeço imensamente a escuta do meu psicólogo Felipe Santos, que desde 2021 me ajuda a superar grandes barreiras e me mostrar caminhos possíveis para cumprir os meus objetivos.

Agradeço especialmente a minha terapeuta Cleo Stan, pela escuta, pela ajuda e por ter acreditado no meu potencial nos momentos que nem eu acreditava, principalmente nesta reta final do curso de Museologia.

Agradeço a amizade, carinho e apoio do meu amigo Jorge Lopes, por todos os momentos alegres que vivemos juntos pela cidade de Ouro Preto.

Agradeço a Adrine Ferreira por todo o apoio e carinho durante as conversas e desabafos.

Agradeço a República Só A gente, meu querido lar durante esses anos de faculdade, em que pude viver lindos momentos que ficarão pra sempre na minha memória.

Agradeço às queridas DQ's pelo apoio e por todos os momentos maravilhosos que passamos juntas.

Agradeço a minha querida orientadora Profa. Dra. Ana Audebert, pela disponibilidade, apoio e acolhimento durante minha trajetória acadêmica.

Agradeço a todos os meus colegas de curso por todas as vivências e aprendizados.

Agradeço a todos os professores do Departamento de Museologia que compartilharam seus conhecimentos conosco.

Agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto a oportunidade de fazer o Curso de Museologia.

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

Exu não perguntava.

Exu observava.

Exu prestava atenção.

Exu aprendeu tudo.

Reginaldo Prandi

RESUMO

O presente trabalho se desenvolve a partir do embasamento teórico nas questões relacionadas aos Terreiros de Umbanda, com estudo de caso através do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca. Buscou-se encontrar caminhos para compreender as memórias produzidas nesses lugares e os seus acervos fotográficos, que tem o papel de eternizar as manifestações visíveis. Analisou-se a documentação museológica desenvolvida para esses acervos fotográficos digitais, que foram construídos como forma de manter salvaguardada estas memórias. A metodologia utilizada para a realização do trabalho se deu a partir do levantamento, leitura, fichamento e análises bibliográficas relacionadas com os temas documentação museológica, memória, fotografia, território e religiosidades de matriz africana, entrevista com o dirigente do Terreiro para coletar informações sobre a história da casa. Como resultado final, o trabalho explicitou o caráter interdisciplinar da Museologia, que pode ser aplicada em diversificadas áreas de conhecimento.

Palavras-chave: Terreiro de Umbanda; Museologia; Documentação Museológica; Memória; Fotografia;

ABSTRACT

The following paper was developed from the theoretical basis of issues related to the Terreiro of Umbanda with a case study through the Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca. Were sought ways to understand the memories produced in these places and in their Photography Collection, which has the role of immortalizing their visible manifestations. The museological documentation developed for these digital photographic collections, which were built as a way to keep these memories safe, was analyzed. The methodology used to carry out the work was based on the surveying, reading, filing, and bibliographical analysis related to the themes of museological documentation, memory, photography, territory, religiosities of African origin and an interview with the director of the Terreiro to collect information about the house history. As a final result, the work explained the interdisciplinary character of Museology, which can be applied in different areas of knowledge.

Key words: Terreiro de Umbanda; Museology; Museum Documentation; Memory; Photography;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Tenda Nossa Senhora da Piedade	16
FIGURA 2 – Bandeira da Umbanda.....	20
FIGURA 3 – Ataque a Terreiro de Umbanda.....	27
FIGURA 4 – Pai Erlon de Oxalá.....	29
FIGURA 5 – O Terreiro.....	30
FIGURA 6 – O Terreiro e a mata fechada.....	31
FIGURA 7 – O Terreiro (ponto amarelo) e o Córrego Bebedouro.....	32
FIGURA 8 – Posicionamento de Lagoa Santa em relação a Belo Horizonte.....	34
FIGURA 9 – Limite territorial ocupado por Lagoa Santa	34
FIGURA 10 – Localização da CPB na cidade de Lagoa Santa	35
FIGURA 11 – Homenagem para Oxum, 2020.....	38
FIGURA 12 – O registro fotográfico (2019)	41

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Primeiro campo.....	45
TABELA 2 – Segundo campo.....	45
TABELA 3 – Terceiro campo.....	46
TABELA 4 – Quarto campo.....	46
TABELA 5 – Quinto campo.....	46
TABELA 6 – Sexto campo.....	46
TABELA 7 – Sétimo campo.....	47
TABELA 8 – Oitavo campo.....	47
TABELA 9 – Nono campo.....	47
TABELA 10 – Décimo campo.....	47
TABELA 11 – Décimo primeiro campo.....	48
TABELA 12 – Décimo segundo campo.....	48
TABELA 13 – Décimo terceiro campo.....	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CAPÍTULO 1 – UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A UMBANDA	14
1.2. Uma História de Resistência pelo Direito de Professar sua Fé	20
2. CAPÍTULO 2 – O TERREIRO CABANA CABOCLO PEDRA BRANCA	29
2.1. O Terreiro como Espaço de Memória	36
3. CAPÍTULO 3 – AS FOTOGRAFIAS E A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO TERREIRO CABANA CABOCLO PEDRA BRANCA	38
3.1. As Fotografias do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca	38
3.2. A Documentação Museológica das Fotografias do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXOS	58

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa abordar os Terreiros de Umbanda sob a perspectiva teórica e aplicada da Museologia, suas práticas e processos. Os Terreiros são espaços de religiosidade, resistência, coletividade, identidade e ancestralidade. No primeiro capítulo trazemos um breve histórico sobre a Umbanda, religião afro-brasileira anunciada pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas através de seu médium Zélio Fernandino de Moraes. Durante a leitura podemos observar os acontecimentos marcantes da religião, seu crescimento e desenvolvimento ao passar dos anos.

Ainda neste capítulo apresentamos o histórico de luta e resistência dos negros escravizados que foram trazidos para os solos brasileiros. Diante de uma fé imposta adotaram estratégias para garantir a conexão com suas divindades. Trouxeram do continente africano uma bagagem cultural e religiosa extensa, que ao entrar em contato com as influências culturais que estavam se estabelecendo no Brasil fizeram surgir novos movimentos religiosos.

Em seguida discorreremos sobre as faces do sincretismo religioso e sobre a intolerância religiosa. Tendo em vista que a intolerância religiosa percebida desde a escravidão tomou novas formas e continua assombrando as religiões de matriz africana nos dias de hoje em nosso país.

No segundo capítulo apresentamos nosso estudo de caso: o Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca. A escolha pelo Terreiro, fundado em 2019 na cidade de Lagoa Santa, região metropolitana de Belo Horizonte - Minas Gerais, pelo Pai de Santo Erlon de Oxalá se dá a partir de três fatores importantes: em um primeiro momento pelo nosso contato e vivências dentro desse espaço. Em segundo momento pelo contato com o acervo fotográfico digital que guarda sua história desde a sua fundação. E, no terceiro momento, mas não menos importante, pela experiência das pesquisas e práticas para realização do Estágio Supervisionado I (MUL 391), e II (MUL 392), orientados pela Profa. Dra. Ana Audebert a partir do qual foi possível compreender a importância de se desenvolver procedimentos e ferramentas capazes de documentar o acervo de fotografias digitais do Terreiro.

Neste capítulo trazemos ainda a história da fundação do Terreiro a partir de uma entrevista feita com o dirigente da casa, Pai Erlon de Oxalá. A entrevista é parte fundamental para compreendermos a escolha do lugar que o terreiro foi fundado e o desenvolvimento de

suas atividades religiosas e sociais na comunidade, e conseqüentemente os seus impactos. Investigamos também a geografia territorial que o Terreiro ocupa, levando em consideração o seu entorno e o contexto da cidade.

Em seguida, neste capítulo buscamos compreender as memórias desenvolvidas no Terreiro. Ao considerarmos este espaço para além do acolhimento religioso e social, mas também como um espaço que produz memórias coletivas, analisamos a formação dessas memórias. Como resultado dessas vivências, o Terreiro detém alguns destes momentos guardados através de fotografias.

As memórias e os ritos visíveis manifestados no terreiro através do contato do grupo com a casa e a religião são registrados através desses registros fotográficos produzidos pelos próprios integrantes, sendo assim, no terceiro e último capítulo abrangemos os aspectos conceituais da fotografia e seus impactos como artefato e gênero afetivo e documental.

Tendo em vista a importância deste acervo fotográfico digital para o Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca, discorreremos sobre a documentação museológica como procedimento e ferramenta para resguardar e preservar estes acervos, suas técnicas e aplicações. Por fim, mas não menos importante, apresentamos de forma descritiva e explicativa, a ficha de registro, os campos informacionais, as categorias de classificação, enfim, o sistema de documentação museológica desenvolvido por nós para este acervo fotográfico digital, seu registro e salvaguarda.

1. CAPÍTULO 1 – UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A UMBANDA

*A Umbanda é paz e amor
É um mundo cheio de Luz
É a força que nos dá vida
E à grandeza que nos conduz.
Avante, filhos de fê
Como a nossa lei não há
Levando ao mundo inteiro
A bandeira de Oxalá.*

A palavra Umbanda de acordo com o Livro Essencial da Umbanda do autor Ademir Barbosa Junior, tem sua raiz etimológica vinda das línguas umbundo e do quimbundo, duas línguas africanas. A palavra “Umbanda” pode ser interpretada como a “arte de curandeiro”, ou a “arte de curar”.

A Umbanda como religião afro-brasileira surgiu no Rio de Janeiro em 1908, a partir da manifestação do Caboclo das Sete Encruzilhadas¹ no jovem médium Zélio Fernandino de Moraes, durante uma sessão espírita. Segundo o autor Omolubá (2014), Zélio Fernandino de Moraes², um jovem de 17 anos de tradicional família fluminense, acometido de uma doença não identificada pelos médicos e sacerdotes católicos da época foi convidado a comparecer a uma reunião da Federação Espírita em Niterói no dia 15 de novembro de 1908, comandada por José de Souza. Chegando lá sentou-se à mesa e quando começou a sessão espíritos de escravos e indígenas começaram a se manifestar nos médiuns presentes na sessão. José de Souza pediu para que aqueles espíritos se retirassem dali, foi então que Zélio de Moraes possuído por uma força maior, ouviu sua própria voz dizer:

¹ Os Caboclos são entidades de Umbanda, de modo geral são espíritos desencarnados dos indígenas que viveram em solo brasileiro. Quando manifestado em Zélio, o Caboclo das Sete Encruzilhadas anunciador da Umbanda, contou um pouco da sua história. “Se querem um nome, que seja este: sou o Caboclo das Sete Encruzilhadas, porque para mim não haverá caminhos fechados. O que você vê em mim são restos de uma existência anterior. Fui padre e o meu nome era Gabriel Malagrida. Acusado de bruxaria, fui sacrificado na fogueira da Inquisição em Lisboa, no ano de 1761. Mas em minha última existência física, Deus concedeu-me o privilégio de nascer como Caboclo brasileiro.” (JUNIOR, 2014, p. 22)

² Zélio Fernandino de Moraes foi um médium brasileiro. Nasceu no dia 10 de abril de 1891 em São Gonçalo, no Rio de Janeiro. Aos 17 anos de idade fundou a religião Umbanda, através da manifestação do Caboclo das Sete Encruzilhadas, no dia 15 de novembro de 1908. Zélio dedicou 66 anos da sua vida à religião. Faleceu em 3 de outubro de 1975. (GUIMARÃES; GARCIA, 2017)

(...) porque não eram aceitas as mensagens dos negros e dos índios e se eram eles considerados atrasados apenas pela cor e pela classe social que declinavam. Essa observação suscitou quase um tumulto. Seguiu-se um diálogo acalorado, no qual os dirigentes dos trabalhos procuravam doutrinar o espírito desconhecido que se manifestava e mantinha argumentação segura. Afinal, um dos videntes pediu que a entidade se identificasse, já que lhe aparecia envolta numa aura de luz. – Se querem um nome – respondeu ZÉLIO indiretamente mediunizado – que seja este: sou o CABOCLO DAS SETE ENCRUZILHADAS, porque para mim não haverá caminhos fechados. E, prosseguindo, anunciou a missão que trazia: estabelecer as bases de um culto, no qual os espíritos de índios e escravos viriam cumprir as determinações do Astral. No dia seguinte, declarou ele, estaria na residência do médium, para fundar um templo, que simbolizasse a verdadeira igualdade que deve existir entre encarnados e desencarnados. (OMOLUBÁ, 2014, p.19)

No dia seguinte, 16 de novembro de 1908, como comunicado pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas, às 20 horas na casa de Zélio de Moraes estavam presentes chefes de federações espíritas, familiares e curiosos. O Caboclo das Sete Encruzilhadas já incorporado em Zélio, anunciava como deveria ser a prática daquela nova religião. Nomeou como “Sessão” as práticas que deveriam acontecer durante o horário da noite, das 20 às 22 horas, os atendimentos ao público deveriam ser totalmente gratuitos para passes e desobsessão e o traje usado pelos médiuns deveria ser de tecido simples e branco. Durante as sessões o canto não deveria ser acompanhado nem por palmas e nem por atabaques.

A essa nova prática religiosa o Caboclo das Sete Encruzilhadas deu o nome de “Umbanda”, e anunciou que naquele momento havia acabado de fundar o primeiro Templo de Umbanda, a Tenda Nossa Senhora da Piedade (imagem 1), para que acolhesse a todos que necessitavam de ajuda. Naquela mesma noite manifestou-se também o espírito do Preto Velho Pai Antônio.

Passados dez anos, o Caboclo das Sete Encruzilhadas anunciou a fundação de mais sete Templos de Umbanda, e nomeou também os médiuns que seriam responsáveis por cada templo. Ao passar dos anos, a Umbanda foi se espalhando pelos demais estados do Brasil e se popularizando.

Imagem 1: Tenda Nossa Senhora da Piedade



Fonte: <https://umbandaeucurto.com/zelio-de-moraes-umbanda/>

Anteriormente à manifestação do Caboclo das Sete Encruzilhadas através do jovem médium Zélio Fernandino de Moraes, para o anúncio e institucionalização da nova prática religiosa, há registros de manifestação espirituais parecidas com as práticas que acontecem na Umbanda datadas por volta de 1720. Pesquisadores³ contemporâneos de Umbanda vêm discutindo novas visões sobre o mito da criação da Umbanda e registros dessas práticas já presenciadas anteriormente.

Da mesma forma com que acontece nos museus, ao enaltecer uma visão histórica sobre um fato, há o silenciamento de outras visões não evidenciadas. Não existe neutralidade na construção de memórias e narrativas, há sempre memória e esquecimento caminhando conjuntamente e servindo tanto a interesses políticos quanto a epistemologias mais ou menos em voga de acordo com a época e as escolhas teóricas e conceituais.

Conforme a publicação feita no site “Tenda de Umbanda Luz e Caridade”⁴, figuras como Pai Gavião, Luzia Pinto e Juca Rosa também deveriam ser lembrados ao se contar a história da Umbanda, pois tinham em seus ritos práticas parecidas com as que existem na Umbanda nos dias de hoje, tais como a incorporação de espíritos, cerimônias de cura, incorporação de diferentes entidades, uso de vegetais, fumos e riscos no chão, os mesmos elementos que estão presentes atualmente nos terreiros.

³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59677047> > Acesso em: 25 de agosto de 2022.

⁴ Disponível em:

<https://www.tendadeumbandaluzecaridade.com.br/2021/09/a-umbanda-antes-de-zelio-de-moraes.html?m=1> > Acesso em: 05 de agosto de 2022.

A partir da popularização da Umbanda ao longo dos anos pelos estados brasileiros, cabe destacar algumas datas significativas que marcaram a sua história. Segundo o autor Omolubá (2004), “em 1937 os templos fundados pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas, reuniram-se e criaram a Federação Espírita de Umbanda do Brasil. E, em 1947 surgiu o Jornal de Umbanda, que, durante mais de 20 anos, foi um órgão doutrinário de grande valor.”

De acordo com a publicação da revista Pesquisa Fapesp⁵, em 1941 ocorreu o primeiro Congresso Nacional da Umbanda no qual o objetivo foi tirar as más impressões que a sociedade da época tinha em relação à Umbanda. Em 1960 a Umbanda foi reconhecida e incluída no Censo, e a partir de 1970 suas datas comemorativas passaram a constar no calendário.

O escritor Ademir Barbosa aborda no Livro Essencial da Umbanda mais acontecimentos marcantes da história da Umbanda, como os Congressos que aconteceram no Rio de Janeiro entre os anos de 1941, 1961 e 1973 para firmar a Umbanda no cenário nacional e para discutir aspectos organizacionais. Houve também outros congressos temáticos com a presença de diversas outras religiões de matriz africana, dentre os anos 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, que foram organizados pela Faculdade de Teologia Umbandista (SP).

A fundação do **Primado de Umbanda** em 05 de outubro de 1952 no Rio de Janeiro foi idealizada pelo Caboclo Mirim e concretizada a partir do seu médium e comandante do Terreiro, Sr. Benjamin Figueiredo. Um dos objetivos do Primado era a formação sacerdotal e iniciática dos Chefes de Terreiro das Instituições Federadas e Simpatizantes do Primado de Umbanda.

O **Santuário Nacional da Umbanda**, fundado por Pai Ronaldo Linares, é uma reserva ecológica mantida pela Federação Umbandista do Grande ABC, com o intuito de oferecer um local apropriado para as práticas e rituais da umbanda. Assim como o Santuário Nacional da Umbanda, o **Vale dos Orixás** também é direcionado para rituais umbandistas e também para outras religiões de matriz africana.

⁵ Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-forca-social-da-umbanda/>. Acesso em: 19 de agosto de 2022.

Na categoria acadêmica, houve a criação da **Faculdade de Teologia de Umbanda** em São Paulo, que oferece curso de Bacharelado em Teologia, que conta com 3.350 horas de atividades.

Na área política, destaca-se a criação do movimento **Guerreiros do Axé**. O movimento foi fundado no dia 07 de setembro de 2005, com raízes na Umbanda, Candomblé e outras religiões de matriz africana busca reconhecimento social para as religiões em questão, como a representatividade política. O movimento espalhou-se por todo território nacional.

O **Dia Nacional da Umbanda** foi instituído pela então presidente Dilma Rousseff através da Lei 12.644. O projeto inicial foi criado pelo deputado federal Carlos Santana (PL 5.687/2005). A data escolhida foi a mesma em que houve a manifestação do Caboclo das Sete Encruzilhadas através do médium Zélio Fernandino de Moraes, para anunciar a institucionalização da Umbanda. Mesmo antes da instituição da lei federal, algumas cidades brasileiras, apoiadas por leis municipais, já comemoravam a data. Outros marcos legais trazidos pelo autor:

Sobre legislações de grande importância para as religiões de matriz africana e, consequentemente, para a Umbanda.

- Constituição Federal de 1988 – artigos 3º, 4º, 5º, 215 e 216;
- Lei 9.459, de 13 de maio de 1997 (injúria racial);
- Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003 (obrigatoriedade da inclusão da temática História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino);
- Lei 10.678, de 23 de maio de 2003 (cria a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial);
- Decreto 4.886, de 20 de novembro de 2003 (instituição da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial);
- Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004 (promulgação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho);
- Resolução número 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação (diretrizes curriculares para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana);
- Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 (instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais);
- Decreto 6.177, de 1º de agosto de 2007 (promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO);
- Portaria 992, de 13 de maio de 2009 (instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra);
- Decreto 6.872, de 04 de junho de 2009 (instituição do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial);
- Lei 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial);
- Decreto 7.271, de 25 de agosto de 2010 (diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). (JUNIOR, 2014, p. 40)

O Movimento Político Umbandista (MPU) é formado por candomblecistas, umbandistas e praticantes de outras religiões de matriz africana. O MPU foi criado com o intuito de melhorar a visibilidade das religiões e dar-lhes maior representatividade política. O MPU lançou, em 2013, as bases para o Congresso Nacional de Umbanda pela Renovação, ocorrido em novembro de 2014.

Na área de literatura, foi fundada no dia 24 de dezembro de 2013 a Associação Brasileira de Escritores Afrorreligiosos, que tem como membros escritores, editores, dirigentes espirituais, leitores e simpatizantes, umbandistas, candomblecistas e praticantes de outras religiões de matriz africana. Um dos objetivos da Associação Brasileira de Escritores Afrorreligiosos (**Abeafro**) é proporcionar maior visibilidade para o trabalho dos escritores nas mídias digitais e nas livrarias. Seu primeiro presidente foi Ademir Barbosa Junior.

O Hino da Umbanda⁶ foi composto por José Manuel Alves que, saindo de São Paulo em 1960, procurou o Caboclo das Sete Encruzilhadas em Niterói desejando ser curado da cegueira (o que não aconteceu, em virtude de compromissos cármicos de José Manuel). Algum tempo depois, José Manuel procurou novamente o Caboclo das Sete Encruzilhadas e apresentou uma canção em homenagem à Umbanda, tomada pelo Caboclo como Hino da Umbanda. Em 1961, o Hino foi oficializado no segundo Congresso de Umbanda. A seguir o Hino da Umbanda:

*Refletiu a luz divina
Com todo seu esplendor
É no reino de Oxalá
Onde há paz e amor
Luz que refletiu na terra
Luz que refletiu no mar
Luz que veio de Aruanda
Para nos iluminar
A Umbanda é paz e amor
Um mundo cheio de Luz
É força que nos dá vida
E a grandeza nos conduz
Avante, filhos de fé
Como a nossa lei não há
Levando ao mundo inteiro
A bandeira de Oxalá*

⁶ Disponível em: <https://www.letras.mus.br/umbanda/914435/> > Acesso em: 02 de setembro de 2022.

O último marco importante abordado por Ademir Barbosa, é a criação da Bandeira da Umbanda (Imagem 2). Idealizada em 1º de junho de 2008 por Saul Medeiros, presidente da Associação da Umbanda de Caxias do Sul. Para Saul de Medeiros a imagem da bandeira representa “A imagem de um lindo sol radiante e, de seu núcleo, sai uma figura que, no primeiro instante, parece a de um enorme pombo branco, mas, olhando com mais atenção, a forma se modifica, deixando transparecer um espectro humano angelical com enormes asas, voando como se se dirigisse a um destino, determinado a realizar uma missão”.

Imagem 2: Bandeira da Umbanda



Fonte: <http://umbandareligiaobrasileira.blogspot.com/2011/06/bandeira-da-umbanda.html>

Em 8 de novembro de 2016 a Umbanda foi reconhecida como Patrimônio Imaterial do Rio de Janeiro após estudos do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH)⁷.

1.2. Uma História de Resistência pelo Direito de Professar sua Fé

*Numa noite linda que tinha luar
Preto Velho orou a Zambi pro cativo acabar
Trabalha preto, trabalhou
Trabalha preto, cativo acabou*⁸

Atualmente a Umbanda vem ganhando um espaço cada vez maior dentre as práticas religiosas. Segundo o Censo do IBGE de 2010⁹, a população brasileira chegava no número de 190.755.799 pessoas, e 407.331 se declararam umbandistas, um pequeno número comparado

⁷ Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/umbanda-e-declarada-patrimonio-imaterial-do-rio-de-janeiro> > Acesso em: 02 de setembro de 2022.

⁸ Ponto cantado em Terreiros de Umbanda.

⁹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama> > Acesso em: 19 de agosto de 2022.

as religiões cristãs. Um dos motivos para tal índice ser tão menor em relação às outras religiões está na própria construção da história social e religiosa brasileira, que primeiro atingiu os indígenas e posteriormente as manifestações religiosas africanas trazidas com as pessoas pretas escravizadas obrigadas a deixarem seu continente de origem e vir prestar trabalho escravo nas colônias.

Quando o Brasil foi invadido e colonizado pelos portugueses, junto deles vieram os Jesuítas com a missão de catequizar os indígenas que aqui residiam. Segundo Paiva (2000), este movimento perdurou de 1549 a 1600. A imposição do catolicismo através da catequização deixou rastros que ainda colhemos nos dias atuais em relação a homogeneização religiosa no Brasil. Segundo o professor, escritor e babalorixá Sidnei Nogueira:

De qualquer modo, a cultura-crença dos indígenas foi totalmente desconsiderada pelas instituições cristãs, uma vez que as tentativas de epistemicídio indígena se mantiveram até hoje, fato evidenciado pelas não raras missões evangelizadoras. Havia uma total negação das crenças indígenas pelos europeus. (NOGUEIRA, 2020, p.21)

A partir dessas considerações pode-se perceber a primeira manifestação de intolerância religiosa vivida em solo brasileiro. A religiosidade indígena foi negada, subjugada como inferior, ela estava fora dos padrões das crenças eurocêtricas. Assim a catequização surgiu como ato de dominação política e social. “Desde a invasão pelos portugueses, a religião cristã foi usada como forma de conquista, dominação e doutrinação, sendo a base dos projetos políticos dos colonizadores.” (NOGUEIRA, 2020, p. 20)

Essa mesma intolerância religiosa presenciada nos tempos coloniais continua assombrando as religiões não homogêneas dos tempos atuais. Conforme Nogueira (2020), a intolerância tem suas formas de manifestação modificadas de acordo com a organização política, cultural e econômica de cada sociedade em determinado tempo e espaço. A intolerância religiosa abordada por Nogueira (2020), abrange a noção de estigmatização do Outro, ou seja, a noção de poder que um tem sobre o outro. No período colonial a mesma noção de poder que o catolicismo, religião oficial da época, tinha sobre os indígenas foi a mesma noção de poder que exerceram sobre os africanos escravizados.

No cerne da noção de intolerância religiosa está a necessidade de estigmatizar para fazer oposição entre o que é normal, regular, padrão, e o que é anormal, irregular, não padrão. Estigmatizar é um exercício de poder sobre o outro. Estigmatiza-se para excluir, segregar, apagar, silenciar e apartar do grupo considerado normal e de prestígio.” (NOGUEIRA, 2020, p.19)

No Brasil colonial segundo Prandi (2000), entre 1525 a 1851 cerca de 5 milhões de pessoas africanas foram trazidas para o Brasil em condições sub-humanas nos navios negreiros para prestarem trabalho escravo nas colônias que aqui estavam sendo desenvolvidas. Os africanos trouxeram com eles sua bagagem cultural e religiosa. “Não se tratava de um povo, mas de uma multiplicidade de etnias, nações, línguas, culturas.” (PRANDI, 2000, p.52).

Assim que chegavam em solo brasileiro os africanos escravizados presenciaram sua cultura e sua língua se dissolver em meio ao novo país que foram obrigados a residir, perdiam inclusive o direito de continuar com seu nome. De acordo com Pessanha (2019), os africanos ao desembarcarem no porto eram batizados com nomes cristãos

Uma vez em terras brasileiras, a própria política oficial da Coroa, em certos períodos, propiciava o apagamento das origens culturais, não estimulando, com o receio da sublevação, o agrupamento de escravos de mesmas origens, embora em outras épocas buscasse agregá-los para melhor os controlar. Também, como a carga era vendida frequentemente em mercado aberto peça por peça, era fácil a desagregação e a dispersão dos grupos que eventualmente poderiam ter uma mesma origem, não sendo possível para o africano manter língua e cultura originais, obrigado a viver numa miscelânea linguística e cultural que, além de tudo, estava submetida pela cultura brasileira em formação, de língua e costumes de tradição portuguesa. (PRANDI, 2000, p.56)

Assim como os indígenas, os africanos proibidos de manifestar sua crença religiosa tiveram que encontrar maneiras para manter laços com sua religiosidade como ato de resistência, que nesta época era vista como crime.

Na sociedade colonial as práticas religiosas dos negros eram vistas principalmente como “magia”, “feitiçaria” e “curandeirismo”, algo que estava relacionado ao mal, e precisava ser combatido, assim, a principal perseguição desta época era por parte da igreja católica, e depois veio a se estender a outros segmentos da sociedade. (CARNEIRO, 2019 *apud* FRANCO, 2021, p.35)

Para exercerem a sua fé os africanos passaram a usar o sincretismo para continuar louvando seus Orixás sem que os senhores brancos pudessem perceber que eles estariam descumprindo a lei imposta pelo Estado.

Perante a religiosidade cristã dos colonizadores, baseada em um catolicismo fincado na Inquisição e num repúdio a quaisquer outras manifestações religiosas, os africanos, em seu afã por sobrevivência, lançaram mão, consciente ou inconscientemente, de um refinado esquema para driblar a vigilância de seus senhores e poder professar seus cultos originais: o *sincretismo religioso*. (ROMÃO, 2018, p.359)

Para o autor Romão (2018), os africanos foram protagonistas no uso do sincretismo, pois buscaram um meio-termo entre seu panteão (seus orixás cultuados) e os santos católicos impostos pelo Estado.

O sincretismo, segundo o autor Dilson Passos Jr, é um termo amplo que envolve campos de áreas distintas, desde a Filosofia até a Medicina, da História à Matemática. Mas neste trabalho cabe ressaltar o papel do sincretismo religioso como ferramenta de resistência e resiliência:

O sincretismo foi, no contexto brasileiro, um grito pela sobrevivência. Os negros assumiram, não raro, o acidental da religião católica, fazendo sobreviver em aparência cristã o essencial de suas crenças ancestrais. Foi uma forma de sobrevivência, de acomodação, uma “saída de emergência” para as populações escravas. O negro não foi absorvido pela sociedade branca brasileira. O cruzamento de raças foi fruto inicialmente da lascívia do branco pela negra. Na sociedade patriarcal brasileira *o lugar do negro* era definido e incontestável: cabia-lhe ser mão-de-obra, “máquina” de produção, e, eventualmente, de prazer. As práticas sincréticas representaram, em síntese, a busca de sobrevivência num mundo que não pertencia ao negro e onde nada lhe restava senão submeter-se aos desejos de seus senhores na moral, nos costumes e na própria fé. (PASSOS, 1988, p.04)

Sendo assim, com o passar do tempo os africanos buscaram desenvolver a ligação de determinados santos católicos com os seus Orixás. De acordo com Romão (2018), não é possível delimitar quando exatamente esse sincretismo começou a ocorrer, mas foi através de traços em comum que os africanos identificaram nos santos católicos e nos orixás que fez com que essa relação acontecesse.

Para o autor Valente (1955) o sincretismo se caracteriza pela intermistura de elementos culturais como uma simbiose. “Simbiose que dá em resultado uma fisionomia cultural nova, na qual se associam e se combinam, em maior ou menor proporção, as marcas características das culturas originárias.” (VALENTE, 1955, p .42). Dessa nova fisionomia cultural religiosa, podemos ver como resultado o surgimento e consolidação de religiões que emergem a partir do contato das diversificadas etnias africanas e o catolicismo.

Ainda segundo Valente (1955), o sincretismo abrange um processo de interação cultural e a sua função é prevenir, reduzir ou anular os conflitos que podem vir a acontecer dessa interação cultural. Esse processo passa por duas fases, que Valente chama de acomodação e assimilação. A acomodação acontece quando o indivíduo ou grupo se acomoda frente a situação de conflito cultural, mas continua mantendo uma ligação com a sua cultura original, e a assimilação acontece a partir da incorporação do indivíduo nessa nova cultura que está sendo, como no caso dos africanos, obrigados a introduzir no seu cotidiano. Para

Valente essa assimilação acontece de forma gradativa, e foi assim que ao passar do tempo os africanos escravizados foram assimilando e adaptando os seus cultos religiosos com o catolicismo.

Das diversas faces do sincretismo afro-brasileiro, o autor Ferretti (1998), apresenta a perspectiva sobre a relação do sincretismo com a opressão e imposição de colonizador e colonizado.

Sincretismo traz por outro lado a ideia de opressão e de imposição da religião do colonizador sobre o colonizado, implicando na aceitação pacífica pela classe subalterna, de tradições da classe dominante, que adotaria e confundiria elementos de origens distintas e opostas. Sabemos que a pregação dos missionários e a catequese encontram-se na raiz desta imposição de uma religião sobre outra. (FERRETTI, 1998, p.184)

O sincretismo teve o seu papel importante durante as manifestações religiosas criadas durante e após a escravidão, mesmo sendo consequência de uma opressão, o sincretismo foi uma ferramenta de resistência para que os africanos escravizados pudessem manter a conexão com sua religiosidade. Dos traços religiosos resguardados por eles mais a fusão cultural das diversas etnias africanas com o catolicismo, gerou-se outras manifestações religiosas desenvolvidas em solos brasileiros. Das quais o autor Reginaldo Prandi (2000) apresenta a seguir:

Nas diferentes grandes cidades do século XIX surgiram grupos que recriavam no Brasil cultos religiosos que reproduziam não somente a religião africana, mas também outros aspectos da sua cultura na África. Os criadores dessas religiões foram negros da nação nagô ou iorubá, especialmente os de tradição de Oyó, Lagos, Ketu, Ijexá e Egbá, e os das nações Jeje, sobretudo os mahis e os daomeanos. Floresceram na Bahia, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Sul e, secundariamente, no Rio de Janeiro. Embora tenha também surgido e se mantido uma religião equivalente por iniciativa de negros bantos, a modalidade banto lembra muito mais uma adaptação das religiões sudanesas do que propriamente cultos da África Meridional, tanto em relação ao panteão de divindades como em função das cerimônias e processos iniciáticos. A religião negra, que na Bahia se chamou candomblé, em Pernambuco e Alagoas, xangô, no Maranhão, tambor-de mina, e no Rio Grande do Sul, batuque, foi organizada em grupos de “nações”, ou “nações de candomblé” (Lima, 1984), e em cada uma delas a nação africana que a identifica é responsável pela maioria dos seus elementos, embora haja grande troca de elementos entre elas, resultado dos contatos entre nações no Brasil e mesmo anteriormente na África. Na Bahia surgiram os candomblés ketu e ijexá e mais recentemente o efã, todos de origem acentuadamente nagô ou iorubá, além de um candomblé de culto aos ancestrais, o candomblé de egungum. Também da Bahia é o candomblé jeje ou jeje-mahi, enquanto no Maranhão o tambor denominado mina-jeje dependeu mais de tradições dos jejes daomeanos, ali também se criando uma denominação mina-nagô. Em Pernambuco sobreviveu a recriação da nação egbá, também chamada nagô, e no Rio Grande do Sul, as nações iorubanas oyó e ijexá. Em Alagoas criou-se um culto de nação xambá, igualmente nagô, hoje praticamente extinta. Na Bahia, como em outros lugares, tivemos a formação dos candomblés bantos, com três referências básicas: candomblé angola, congo e cabinda, mas apenas as dimensões da língua

ritual e da música parecem ser sua marca de identidade, pois seus deuses são os orixás dos nagôs e seus ritos seguem os dos candomblés nagôs e jejes. Como disse antes, a religião negra que se refez na Bahia e outros lugares é uma reconstituição não apenas da religião africana, mas de muitos outros aspectos culturais da África original. (PRANDI, 2000, p.60)

Essa relação sincrética estabelecida na época colonial perdura ainda nos dias de hoje, principalmente com a criação da Umbanda em 1908. Ela é encontrada nos altares dos terreiros, nos pontos cantados e nas datas comemorativas. As festas dos Orixás na maior parte dos terreiros ocorre nas mesmas datas festivas dos santos católicos.

Diante dos atos de repressão sofridos durante os séculos passados e a resistência pelo direito de professar a fé, as religiões afro-brasileiras ainda enfrentam questões relacionadas a preconceito, intolerância, tentativas de apagamento e invisibilidade dentro dos espaços físicos das cidades, fato evidenciado, por exemplo, pelo site G1.com¹⁰, que aponta que as religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé são as que mais sofrem com os ataques de intolerância religiosa. Os estados que lideram o ranking de ataques em 2022 no primeiro semestre são: São Paulo com 111 casos, Rio de Janeiro com 97 casos, Minas Gerais com 51 casos, Bahia com 39 casos, Rio Grande do Sul com 26 casos e Ceará com 11 casos, totalizando 545 casos. Esses índices de violência contra as religiões de matriz africana refletem nos dias atuais, em relação a homogeneização religiosa e a paradoxal configuração dos espaços religiosos dentro das cidades.

Os índices de intolerância religiosa e apagamento histórico que as religiões de matriz africana vivenciaram ao longo dos séculos refletem diretamente na invisibilidade territorial que os terreiros estão sujeitos dentro das pequenas e grandes cidades. Território aqui entendido como:

Podemos compreender a noção de território a partir do pressuposto de que todo ser humano é um ser situado no mundo. Ele está situado na Terra, a casa planetária de todos os viventes. Assim, a noção de território implica em saber onde está um grupo ou determinado sujeito e qual é o alcance de sua presença a partir dessa posição. Todavia, um sujeito ou grupo não está em todo o planeta, mas em uma porção delimitada do mesmo. Essa porção é o seu território. Sendo assim, podemos afirmar que o território está diretamente relacionado ao alcance das ações dos homens ou de grupos humanos situados em determinada posição deste solo planetário. Assim, as ações humanas são sempre ações espaciais por serem situadas, e também temporais por serem apreendidas na forma sucessiva do antes, agora e depois, ou seja, passado, presente e futuro. Em suma, o homem é um ser situado no espaço e no tempo, e

¹⁰ Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/07/22/brasil-registra-tres-queixas-de-intolerancia-religiosa-por-dia-em-2022-total-ja-chega-a-545-no-pais.ghtml> > Acesso em: 22 de agosto de 2022.

todas as suas ações só podem ser compreendidas nesses limiares que Kant denominou formas *a priori* da sensibilidade humana. (GÓIS, 2013, p.23)

Para entendermos a dinâmica do território com a religiosidade, traremos neste capítulo a autora Zeny Rosendahl, que analisa a geografia religiosa. A ocupação dos territórios por uma manifestação religiosa, segundo Rosendahl (2018), se configura a partir de uma relação de apropriação do espaço, ou seja, a religião a partir de sua capacidade e poder pode determinar sua permanência e atividade em um determinado local.

Os espaços apropriados efetiva ou afetivamente são denominados territórios. Territorialidade, por sua vez, significa o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território. É nessa poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas, ampliando muitas vezes o controle sobre o espaço, que a religião se estrutura enquanto instituição, criando territórios próprios. (ROSENDAHL, 2018, p.30)

Diante desse poder que algumas religiões conseguem exercer nos espaços, observamos como é visivelmente desigual a configuração territorial ocupada pelas distintas manifestações religiosas. As religiões homogêneas cristãs se caracterizam em grande maioria por possuir grandes templos e igrejas e pela localização que ocupa, sempre em lugares de central visibilidade. E as religiões de matriz africana acabam se estabelecendo em territórios mais afastados e menos perceptíveis dentro das cidades. De acordo com Bonifácio (2017) “os templos de Umbanda e de Candomblé situam-se em sua maioria nos fundos de residências na periferia de grandes cidades brasileiras, com muitos deles não possuindo nenhum elemento em suas fachadas que caracterizem a sua existência”, ainda segundo o autor, esse processo que vem desde o período colonial reflete nas problemáticas que enfrentamos hoje:

O Brasil possui uma história marcada por desigualdades raciais, onde a formação do seu território e povo fomentou-se a partir de uma ótica elitista europeia de bases etnocêntricas e que forjou o desenvolvendo de uma estrutura segregacionista e de subalternização de determinados grupos étnico-raciais integrantes da sociedade brasileira. No que se refere aos espaços urbanos brasileiros, é notória a caracterização de dualidades ligadas aos processos de construção e reconstrução das relações sociais entre diferentes segmentos étnico-raciais. Relações essas, que resultam em hierarquias urbanas, onde setores hegemônicos da sociedade encontram-se em condições privilegiadas e setores subalternizados encontram-se em condições marginalizadas. (BONIFÁCIO, 2017, p.135)

Com a marginalização social e religiosa sofrida desde o período colonial, as religiões de matrizes africanas, se viram obrigadas a se adaptar a essa realidade problemática enraizada na sociedade. Mesmo ocupando espaços mais invisíveis e restritos nas cidades, os Terreiros frequentemente sofrem com violências a seu espaço físico causadas pela intolerância religiosa. Ainda que museu como o Museu da Abolição em Recife, PE, dentre outros no

Brasil tenham ao longo dos anos trabalhado em perspectiva comunitária, inclusiva e coordenada com pessoas e lideranças de religiões de matriz africana, ainda não é um esforço suficiente para esmorecer a intolerância e a violência religiosa.

Imagem 3: Ataque a Terreiro de Umbanda



Fonte: FERNANDES, 2022.

Na imagem podemos observar um dos diversos exemplos de destruição de terreiros que acontece no Brasil, basta escrever nas plataformas de pesquisa de informação *online* “Ataques a Terreiros”, que em segundos aparecem inúmeras reportagens de casos antigos e recentes sobre esses episódios de violência. Os intolerantes religiosos podem até destruir o espaço físico dos Terreiros, mas jamais conseguirão destruir a manifestação imaterial que acontece nesses espaços sagrados. Segundo a autora Rosendahl

A palavra “sagrado” significa separação e definição, sugere sentido de ordem, totalidade e força. Sagrado, por si só, é um conceito religioso. Espaços sagrados são espaços qualitativamente fortes, onde o sagrado se manifestou. E, para o homem religioso, essa manifestação pode estar contida num objeto, numa pessoa, em inúmeros lugares. Para o homem religioso, a natureza não é exclusivamente natural, está sempre carregada de um valor sagrado. (ROSENDAHL, 2018, p.36)

O sagrado apresentado nos espaços religiosos do Terreiro de Umbanda acontece a partir da manifestação dos espíritos de Caboclos, Pretos Velhos, Crianças, e diversas outras linhas de trabalho que variam de acordo com cada terreiro, sendo que na Umbanda é mais comum a manifestação dessas três linhas de trabalho citadas acima. O espaço físico do terreiro, como o congá, a tronqueira de Exu, o assentamento, as imagens, o cruzeiro das almas, a casa das almas e as firmezas configuram pontos de energias que ligam o material com o espiritual.

O culto da Umbanda, religião tipicamente brasileira, de acordo com Omolubá (2004), se fundamenta a partir da crença em um único Deus, que seria Olorum ou Zambi. A tríplice da religião é a Energia, Vida e Consciência. O desenvolvimento do culto Umbandista se configura a partir das Sete Linhas, que são elas: 1º Linha dos Devotos, 2º Linhas dos Sacerdotes, 3º Linha das Almas, 4º Linha da Magia, 5º Linha do Oriente (Carma, Reencarnação e Evolução), 6º Linha das Encarnações Humanas e Divinas, e 7º Linha dos Orixás. Dentro do Terreiro de Umbanda a conexão energética com as divindades se dá a partir dos símbolos, pontos riscados e cantados. Posteriormente foram inseridas as palmas e o uso de atabaques, que também tem o intuito de fazer uma conexão energética. As crenças sincréticas que fundamentam o culto Umbandista, de acordo com o autor Omolubá (2004) são:

A nossa querida Umbanda é sincrética com o Hinduísmo, aceitando, sem dogmatismo, as Leis de Carma, Evolução e Reencarnação; com o Cristianismo, bebendo das primeiras águas do “*Amais-vos uns aos outros*”; do Africanismo, os Orixás, arcabouço cósmico da natureza universal. Recebe também influências do Catolicismo, do Espiritismo e da Cultura Ameríndia. (OMOLUBÁ, 2004, p.119)

A crença religiosa das religiões de matriz africana nos elementos da natureza faz com que o sagrado se manifeste para além das paredes do Terreiro, ele está presente nas águas da cachoeira de Mamãe Oxum, na força das ondas do mar de Iemanjá, nos segredos das ervas de Ossain, no escuro das Matas de Oxóssi, na imponência das pedreiras de Xangô, na força dos ventos de Iansã, e nas encruzilhadas de Exu e Pombo Gira. “Para o homem religioso, a natureza não é exclusivamente natural, está sempre carregada de um valor sagrado” (ROSENDAHL, 2018, p.36).

2. CAPÍTULO 2 – O TERREIRO CABANA CABOCLO PEDRA BRANCA

*Nessa Cabana passa um rio bem pertinho
Que é pra lembrar do manto azul da padroeira
É de Oxum Ora Yê Yê
É de Iemanjá
Senhora Aparecida vem abençoar¹¹*

“Ao falar de sagrado e urbano, colocamos o templo como elemento forte da conexão entre cidade e religião.” (ROSENDAHL, 2018, p.48). Para compor este capítulo foi realizada uma entrevista com o fundador e Pai de Santo do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca (CPB), através do aplicativo de comunicação WhatsApp, no dia 21 de setembro de 2022. Pai Erlon de Oxalá respondeu algumas perguntas importantes que nos ajudarão a conhecer a história do Terreiro.

Pai Erlon (Imagem 4), é formado em Farmácia, pós-graduado em MBA e tem mestrado em Administração. Profissionalmente é professor e diretor universitário. Iniciou sua jornada espiritual no Kardecismo, exercendo-a durante alguns anos, depois, já seguindo a religião Umbanda, fez seu sacerdócio há 4 anos, em 20 de maio de 2018.

Imagem 4: Pai Erlon de Oxalá



Fonte: AGUIAR, 2021

Em dezembro de 2018 iniciou-se os trabalhos para a abertura do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca (Imagem 5). Em 14 de abril de 2019 ocorreu sua abertura oficial na

¹¹ Ponto cantado na Cabana Caboclo Pedra Branca

cidade de Lagoa Santa, região Metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais). Segundo Pai Erlon:

O Caboclo Pedra Branca quando chegou avisou que em abril do ano seguinte o Terreiro seria aberto, desde janeiro de 2019 iniciaram-se as reuniões na Cabana Caboclo Pedra Branca, as limpezas, preparações, as firmezas e etc. No mês de abril, sem avisar ou comunicar começaram a chegar pessoas na assistência para tomar passe. (CÂMARA, 2022)

Imagem 5: O Terreiro



Fonte: FRAGA, 2022

Considerando o crescimento da Umbanda ao passar dos anos e as vertentes¹² que foram surgindo, uma das perguntas feitas a Pai Erlon foi sobre a vertente que o Terreiro segue:

A vertente seguida pelo Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca é a Umbanda Tradicional, que pressupõe que somos uma religião genuinamente brasileira e que foi descoberta ou desvendada pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas por meio do seu médium Zélio Fernandino de Moraes. A vertente umbandista tradicional pressupõe que em um Terreiro de Umbanda não pode haver cobrança, matança, e todos tem que estar vestidos de branco de maneira uniforme e de pés no chão. Seguindo os preceitos de Caboclos, Pretos Velhos e Crianças, que é quem rege a Umbanda.

¹² Disponível em: <https://umbandaeucurto.com/umbandas-ou-vertentes/> > Acesso em: 10 de outubro de 2022.

Tendo ainda os Orixás como as forças da natureza que regem a parte mais energética do Terreiro. (CÂMARA, 2022)

A Umbanda Tradicional é a que surge a partir do anúncio da religião pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas, história que trouxemos no primeiro capítulo. A localização que o Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca ocupa na cidade de Lagoa Santa, também nos causou interesse. De acordo com Pai Erlon a escolha do local em que o Terreiro foi fundado, veio a partir do guia chefe da casa, o Caboclo Pedra Branca.

Na primeira vez que eu incorporei o Caboclo Pedra Branca, ele avisou que a casa seria aberta em um local próximo ao bairro Vila Maria, em um lugar que fica próximo a natureza, em uma baixada próxima do rio. Um dos médiuns na época descobriu o local, eu visitei outros locais anteriormente e chegando no endereço que a casa hoje funciona, senti que ali passaria a funcionar o Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca. A partir deste momento fiz a aquisição do imóvel e as reformas para a construção do terreiro. (CÂMARA, 2022).

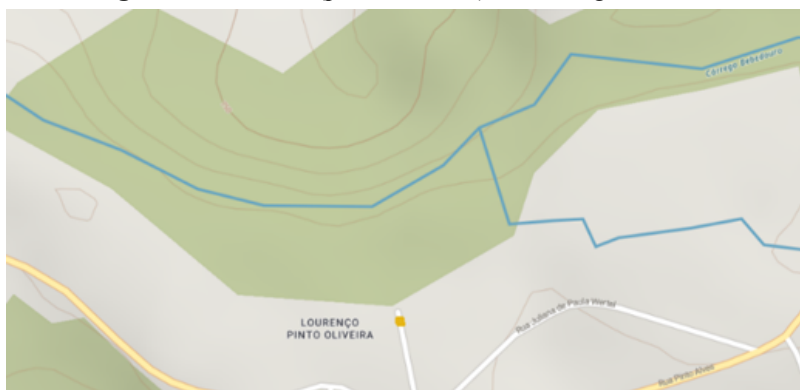
O Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca, assim como alguns outros Terreiros, ocupa um espaço mais afastado do centro da cidade e próximo aos elementos da natureza. Nos fundos do Terreiro, separados apenas pelo muro da casa, observa-se a presença de mata fechada (imagem 6) e do Córrego Bebedouro (Imagem 7). Apesar da cidade de Lagoa Santa apresentar alto índice de crescimento nos últimos anos, ainda conserva áreas com mata fechada.

Imagem 6: O Terreiro e a mata fechada



Fonte: Google Earth

Imagem 7: O Terreiro (ponto amarelo) e o Córrego Bebedouro



Fonte: guiamapa.com

O Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca desde sua abertura apresenta uma taxa de visitação que vem aumentando com o passar do tempo, fato que foi observado durante os seus anos de sua existência. Durante a entrevista com Pai Erlon, perguntou-se como ele avalia o crescimento do Terreiro em taxas de visitas nos dias de gira.

Uma casa espiritualista, seja de qual religião for, mas as espiritualistas mais que as outras, vem crescendo o público, por entender que o mundo moderno necessita de um diálogo mais aberto, de aceitação, um diálogo que não julga e não discrimina, que não é punitivo, ou seja, um Deus que não é condenativo. Isso faz com que a Umbanda seja ou tenha um discurso que é muito contemporâneo. Com isso percebemos o grande crescimento da nossa casa, que recebe muitos jovens. Por outro lado, a casa também recebe um público geral. O grande crescimento de visitação também se dá pela seriedade da casa, pelos bons princípios que são respeitados pelas pessoas, com isso a casa acaba sendo um lugar que as pessoas queiram estar e se sentem bem. Por outro lado, a Pandemia, fez com que a gente necessitasse mais de ajuda e um alento espiritual, eu acho que isso tudo contribuiu com o crescimento de pessoas que frequentam a nossa casa. (CÂMARA, 2022)

Durante o período da Pandemia, causada pelo SARS-CoV-2, o vírus causador da COVID-19, o Terreiro interrompeu suas giras até que pudesse, com segurança e liberação da prefeitura, retornar suas atividades tomando todas as medidas de segurança recomendadas. Quando, com segurança o Terreiro voltou a atender o público, adotou alguns sistemas de segurança, por exemplo, diminuindo o número de fichas para os passes, realocando o espaço da assistência, exigindo o uso de máscara e álcool 70%, na portaria a temperatura dos visitantes era aferida pelos integrantes do Terreiro. Com a diminuição dos casos de COVID-19 e as normas de flexibilização para os templos religiosos, verificou-se o crescente aumento de público, que de acordo com a visão de Pai Erlon, as pessoas se sentiram com necessidade de buscar um acolhimento espiritual maior.

O Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca, além de acolher os frequentadores para os passes, também promove o acolhimento social com a comunidade local da cidade, fato evidenciado por Pai Erlon quando perguntamos quais os impactos sociais que ele percebe do Terreiro na cidade.

A gente vive um momento social onde o comportamento das pessoas mudou, ninguém quer mais ser julgado ou condenado, as pessoas querem ser inseridas no contexto e participar. E na Cabana ou em um Terreiro de Umbanda em geral, você é atendido individualmente com conselhos de um Preto Velho ou Caboclo, você é assistido na sua individualidade, isso vai ao encontro com os anseios sociais que cada um tem. Por outro lado, a gente passa a fazer também muitas campanhas, como arrecadação de alimentos e roupas para doar para a comunidade local, com isso, a gente acaba impactando essas famílias que são assistidas por nós eventualmente. (CÂMARA, 2022)

A cidade de Lagoa Santa que recebe o impacto positivo do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca localiza-se na região metropolitana de Belo Horizonte - Minas Gerais (Imagem 8). Segundo dados do IBGE de 2010¹³, ocupa uma área de 229, 409 km² (Imagem 9), em 2010 sua população era de 52.520 habitantes e estima-se que em 2021 a cidade possuía 66.744 habitantes. Em índices religiosos, as religiões cristãs são totalmente dominantes nesta cidade. De acordo com dados do IBGE de 2010¹⁴ entre esses 52.520 habitantes, 32.161 consideravam-se de religião Católica Apostólica Romana, 13.369 de religião Evangélica, 476 de outras religiões cristãs e 3.754 sem religião.

No quesito religião de matriz africana, Candomblé e Umbanda os números de adeptos cadastrados são bem inferiores, comparados ao índice dos adeptos das religiões cristãs, assim o número de adeptos do Candomblé registrados foram de 31 pessoas, e da Umbanda 72 pessoas. Apesar do território lagoa-santense ser dominado pelas crenças cristãs, o Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca conseguiu sua inserção na vida religiosa dos moradores da cidade que o frequentam. Cabe citar que o Terreiro além de receber muitas pessoas da própria cidade, também recebe visitação de moradores das cidades vizinhas e da capital, Belo Horizonte.

¹³ Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lagoa-santa/panorama > Acesso em: 21 de setembro de 2022.

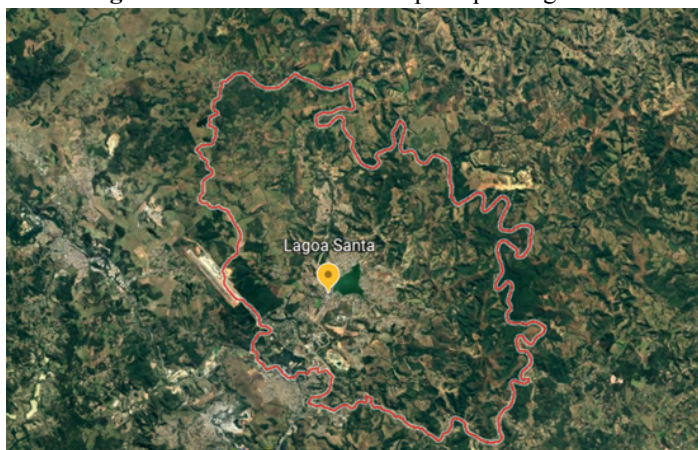
¹⁴ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lagoa-santa/pesquisa/23/22107?detalhes=true> > Acesso em: 06 de outubro de 2022.

Imagem 8: Posicionamento de Lagoa Santa em relação a Belo Horizonte



Fonte: Google Earth

Imagem 9: Limite territorial ocupado por Lagoa Santa

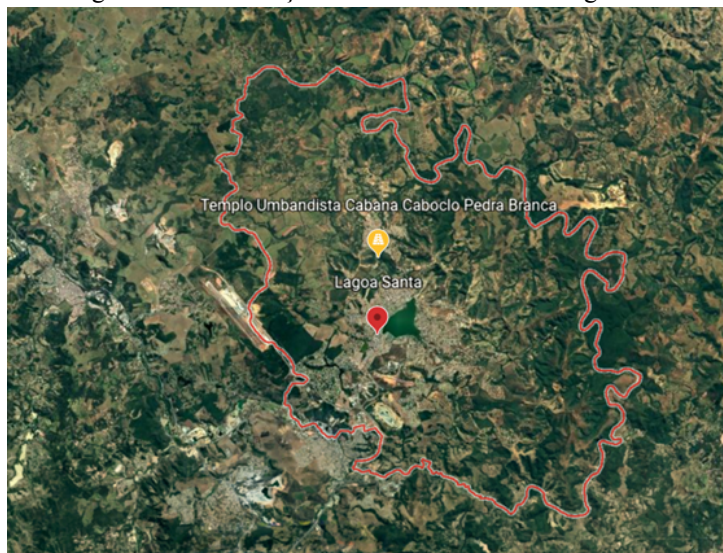


Fonte: Google Earth

O Terreiro Cabana Pedra Branca, como já abordado anteriormente, ocupa um lugar privilegiado levando em conta a proximidade com os recursos da natureza, pois é a partir dos elementos naturais que ocorre a manifestação energética dos Orixás, um dos princípios que fundamentam a religião. É também um fato interessante a escolha por um local mais afastado do centro da cidade, não ter sido ocasionado por uma tentativa de evitar problemas referentes a preconceitos, mas por escolha do Caboclo guia chefe do Terreiro.

Podemos ver a seguir na imagem do mapa a localização geográfica do Terreiro dentro da cidade de Lagoa Santa. Em linha vermelha vemos os limites ocupados pela cidade e com o marcador amarelo o Terreiro.

Imagem 10: Localização da CPB na cidade de Lagoa Santa



Fonte: Google Earth

Diante dos índices de intolerância religiosa que as religiões de matriz africana sofrem na sociedade, fato evidenciado no capítulo anterior, buscamos através da entrevista com Pai Erlon, identificar se o Terreiro já passou por algum histórico de intolerância religiosa dentro da cidade.

Na verdade, eu nunca sofri ou nunca percebi de maneira efetiva essa intolerância, eu acho que a intolerância existe, ela é real, não podemos desconsiderá-la. Porém eu não tenho até hoje e espero não ter nenhuma grande vivência de intolerância na vida e nem no Terreiro. Eu acho que talvez pela forma com que a gente se comporta favorece, e eu acho que Lagoa Santa é uma cidade que está muito suscetível a ter várias influências, eu considero Lagoa Santa, apesar de ser uma cidade pequena, mas que é um pouco cosmopolita, pois é uma cidade que tem muita invasão de Belo Horizonte, ou seja, têm a invasão da capital. Então já traz um público que tem a mente mais aberta, um público mais vivido. Também tem um grupo de pessoas que vêm visitar. Eu acho que todos esses elementos fazem com que Lagoa Santa seja uma cidade mais aberta. (CÂMARA, 2022)

Em suma, através destes dados que conseguimos na entrevista com Pai Erlon, observamos que o Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca possui uma realidade singular em comparação com a maior parte dos Terreiros encontrados pelo Brasil, pois não possui em sua história nenhum histórico de intolerância religiosa. Esse fato pode ser ocasionado em razão da localização do Terreiro, a comunidade em que ele está inserido e a própria formação da cidade.

Diante da história da casa desde a sua fundação e os fatores que fazem seu espaço ser constantemente visitado, compreendemos o Terreiro para além de seu acolhimento religioso e social, mas também como agente de produção de memória coletiva e cultural.

2.1. O Terreiro como Espaço de Memória

O espaço é um lugar praticado, e sob esta ótica, o mundo só existe porque o partilhamos com outros; pois este é um mundo emocional, mundo afetivo. Esta é a lógica que se deve utilizar para compreender o terreiro. (SOARES, 2012, p.67)

Os saberes aprendidos no Terreiro de Umbanda acontecem através das vivências coletivas, cujo a observação e a oralidade são as ferramentas que levam adiante a essência da religião. Estas vivências em grupo¹⁵ no Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca se dão a partir dos encontros semanais que acontecem nos dois dias de gira (terça-feira e sexta-feira), sendo que terça-feira é dia do estudo, portanto a gira é fechada para a assistência, e na sexta-feira é aberta para todos. Eventualmente acontecem outras cerimônias para além desses dois dias fixos da semana, como no caso as obrigações¹⁶ que ocorrem anualmente.

A partir da perspectiva do Terreiro ser um espaço de vivência em grupo, ele tem um papel fundamental no âmbito de produção de memória, principalmente coletiva. Segundo o autor Jacques Le Goff (1990), esta memória coletiva é também uma conquista de poder, ou seja, a partir da produção de memória coletiva, o Terreiro como espaço de manifestação de uma religião que sempre foi tida como subalterna, histórico que trouxemos no capítulo anterior, ganha mais forças para ter o seu espaço legitimado como agente de memória:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (GOFF, 1990, p.476)

¹⁵ “Os grupos, no presente e no passado, permitem a localização da lembrança num quadro de referência espaço-temporal que, justamente, possibilita sua constituição como algo distinto do fluxo contínuo e evanescente das vivências”. (MAHFOUD; SCHMIDT, 1993, p.289)

¹⁶ “Obrigação” é um rito de Umbanda através do qual se confirma o compromisso de trabalho entre o médium e a entidade e entre a entidade e o médium. Através dela, ambos estão oficialmente se obrigando um com o outro no sentido de servirem-se mutuamente naquele determinado Terreiro. É, então, uma validação definitiva da ‘parceria’ que já havia, após a qual o espírito não pode abandonar seus deveres com seu médium e nem vice-versa. Disponível em: <https://www.paimaneco.org.br/2015/09/25/sobre-o-rito-de-obrigacao-na-umbanda>
>Acesso em: 18 de outubro de 2022

A memória coletiva aqui é entendida a partir do pressuposto trazido por Halbwachs (1990), em que as nossas lembranças estão o tempo todo apoiadas nas experiências vividas em grupo. “é porque na realidade nunca estamos sós”. Sendo assim, a memória coletiva é resultado deste contato com o grupo no qual pertencemos. E neste caso específico, o grupo formado dentro do Terreiro. E isso resulta em pontos de lembranças em comum dentre as pessoas que participam dele.

Analogamente, a memória coletiva, propriamente dita, é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva. (MAHFOUD; SCHMIDT, 1993, p. 291)

É a partir do contato do grupo com os ritos praticados no Terreiro de Umbanda que a religião estabelece sua garantia de continuidade, pois a Umbanda acontece na prática, e é na prática que os novos adeptos vão aprendendo e levando adiante a essência da religião, que está prestes a completar institucionalmente 114 anos.

Como resultado dessas vivências em grupo, o Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca, possui como ferramenta de registro, as fotografias. Elas resguardam um pouco do que acontece na materialidade do Terreiro. Assunto que abordaremos melhor no próximo capítulo.

3. CAPÍTULO 3 – AS FOTOGRAFIAS E A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NO TERREIRO CABANA CABOCLO PEDRA BRANCA

*Caboclo da Pedra Branca
Das águas que correm da cachoeira
Traz justiça e faz limpeza com a
força dessa pedreira¹⁷*

3.1 As fotografias da Cabana Caboclo Pedra Branca

“Toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época.” (KOSSOY, 2012, p.38) Desde a sua fundação, o Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca guarda um pouco de sua história através de fotografias digitais. Anteriormente ao funcionamento integral do Terreiro, foram registrados os momentos da reforma do espaço em 2019, e posteriormente, os registros das homenagens aos Orixás (Imagem 11), Entidades, a mudança do espaço físico que ocorreu ao longo do tempo, os integrantes que fazem parte da instituição, os casamentos que aconteceram no local, entre outros. Estas fotografias formam o Acervo Fotográfico Digital da Instituição.

Imagem 11: Homenagem para Oxum, 2020



Fonte: Arquivo pessoal

Os registros fotográficos do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca são realizados pelos próprios membros da casa. Neste sentido, a fotografia tem um valor de documentar e resguardar as memórias vividas pelo grupo integrante desta instituição. As imagens carregam intrinsecamente o caráter documental no qual registra o rito visível aos olhos, mas por trás de

¹⁷ Ponto do Caboclo Pedra Branca, cantado no Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca.

cada fotografia mergulha-se em um universo sagrado que é intangível. As fotografias salvaguardadas nesses espaços têm a missão de não só manter vivas memórias e momentos compartilhados e vividos em coletividade, mas também de apresentar algo que é ancestral para as próximas gerações.

Como gênero documental, o autor Boris Kossoy (2012), no livro “Fotografia e História” aborda a importância e o impacto da fotografia como documento histórico de acontecimentos ocorridos em épocas distintas, e como testemunha do passado. De acordo com Kossoy (2012): “É a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções”. As fotografias impactam nos âmbitos que vamos chamar de macro e micro. As fotografias de maneira macro, podem possuir um valor documental para a história de um país ou nação, de acordo com o contexto e as informações nas quais ela representa.

A partir do conteúdo documental que encerram, as fotografias que retratam diferentes aspectos da vida passada de um país são importantes para os estudos históricos concernentes às mais diferentes áreas do conhecimento. Essas fontes fotográficas, submetidas a um prévio exame técnico-iconográfico e interpretativo, prestam-se definitivamente para a recuperação das informações. Assim as imagens que contenham um reconhecido valor documental são importantes para os estudos específicos nas áreas da arquitetura, antropologia, etnologia, arqueologia, história social e demais ramos do saber, pois representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual o homem e do seu entorno sociocultural. Trata-se da fotografia enquanto instrumento de pesquisa, prestando-se redescoberta, análise e interpretação da vida histórica. (KOSSOY, 2012, p.59)

De forma micro, e não menos importante, as fotografias impactam no âmbito mais íntimo, no qual em menor escala, a fotografia documenta e guarda memórias que geram emoções através dos álbuns de família, que possuem um valor mais pessoal para aqueles que ali estão representados e que fazem parte daquele grupo familiar. A fotografia como ferramenta desse registro de memórias, de acordo o autor Kossoy, possuem um grau de extrema proximidade ao ponto de se confundirem:

Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem – escolhida e refletida - de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é pois o documento que retém a imagem fugidia de um instante da vida que flui ininterruptamente. (KOSSOY, 2012, p.168)

O autor Boris Kossoy, ainda disserta em seu livro sobre a importância de se analisar as fotografias pela técnica e tecnologia utilizadas no momento do registro, pois a partir dessas

especificações pode-se identificar minimamente a qual época aquela imagem pertence. Neste sentido, ao compararmos as fotografias do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca entre os anos das imagens registradas (2019 a 2022), percebemos algumas diferenças na qualidade das fotos, de acordo com a técnica de posicionamento, angulação, iluminação e no alcance da lente da câmera utilizada. É importante ressaltar que as imagens registradas no Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca, não foram feitas por fotógrafos profissionais, mas pelos próprios integrantes que de maneira intuitiva gostariam de eternizar esses momentos.

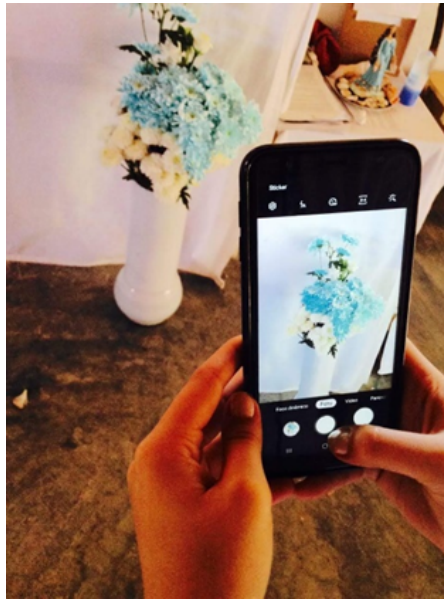
As fotografias para além das características visuais técnicas relacionadas a tecnologia utilizada, também trazem o olhar particular de quem as registrou, neste sentido, o autor relaciona a função do fotógrafo como um filtro cultural diante do registro fotográfico:

A eleição de um aspecto determinado - isto é, selecionado do real, com seu respectivo tratamento estético -, a preocupação na organização visual dos detalhes que compõem o assunto, bem como a exploração dos recursos oferecidos pela tecnologia: todos são fatores que influirão decisivamente no resultado final e configuram a atuação do fotógrafo enquanto filtro cultural. O registro visual documenta, por outro lado, a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens, particularmente naquelas que realiza para si mesmo enquanto forma de expressão pessoal. (KOSSOY, 2012, p.44)

Sendo assim, percebemos que as fotografias registradas pelos integrantes do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca, possuem uma importância para além do âmbito documental como forma de resguardar uma memória a partir de uma intenção racional, mas também são cobertas por um sentido emocional e afetivo. O grupo atuante neste espaço tem a oportunidade de registrar (Imagem 12) as manifestações visíveis do sagrado a partir de seu próprio olhar.

E a fotografia vai muito além de ser apenas um registro documental. Faz parte da construção da identidade de uma sociedade, preservando a memória individual e coletiva. Contribuindo para a recuperação da memória de uma população de diferentes gerações. (ELLIOTT, 2015, p.4)

Imagem 12: O registro fotográfico (2019)



Fonte: Acervo da Instituição

Diante de toda a importância documental e afetiva dessas fotografias, foi necessário criar ferramentas que permitissem a preservação deste acervo, que anteriormente estavam distribuídas com os integrantes do Terreiro. Segundo Ferrez (1994) “A função básica de preservar, *lato sensu*, engloba as de coletar, adquirir, armazenar, conservar e restaurar aquelas evidências, bem como a de documentá-las.”

De acordo com o caráter interdisciplinar da Museologia¹⁸, foi possível introduzir os princípios da Documentação Museológica dentro do espaço do Terreiro, a partir da realização do Estágio Supervisionado I e II sob a orientação da Profa. Dra. Ana Audebert.

O ato de levar a musealização¹⁹ para dentro do acervo fotográfico de Terreiro faz com que estas fotografias tomem forma de patrimônio. Segundo Bruno Brulon a musealização acontece como uma magia, assim como os rituais do Terreiro, que tem significados para além daquilo que se vê.

A partir de uma investigação da própria natureza da musealização, pode-se perceber que a ‘elevação’ de um objeto da cultura à categoria de patrimônio se dá como uma espécie de atribuição mágica a um objeto determinado, ou a um espaço a que se atribui valor, fragmento do mundo que, imediatamente, ganha o sentido de

¹⁸ RÚSSIO, Waldisa. 1983.

¹⁹ Musealização: De um ponto de vista mais estritamente museológico, a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.57)

excepcionalidade sobre a totalidade – ele representa-a e contém todo o resto em si, ou ainda, como no caso do terreiro, representa algo que se vê para além do mundo da matéria. (BRULON, 2012, p.69).

3.2 A Documentação Museológica das Fotografias do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca.

*O Caçador entende
o tempo da flecha²⁰
Okê Arô Oxóssi*

Antes de apresentarmos o sistema utilizado para documentar o acervo fotográfico do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca, precisamos compreender o que é Documentação e posteriormente como ela se desenvolve na esfera museológica. De acordo com o autor José Mauro Matheus Loureiro:

O conceito “Documentação” permite ativar uma série diversificada de áreas do conhecimento e disciplinas a partir das quais se abrem caminhos inter e multidisciplinares. No âmbito das heterogêneas instituições e organizações das sociedades ocidentais modernas a documentação é essencial na estruturação e desenvolvimento de suas ações. As construções humanas no âmbito teórico e/ou aplicativo tendem à dispersão em virtude de seu crescimento exponencial, sua multiplicidade espaço-temporal, diversidade temática, dentre tantos outros fatores. Referências aos processos teóricos e operacionais relativos à “Documentação” apontam para uma categoria central para entendê-la: a “Ordem” e seus correlatos. Trata-se da invenção de normas, códigos e interesses sobreecodificados por valores e lógicas distintas, voltados para a ordenação dos saberes, a fim de prover instâncias facilitadoras de acesso à informação. Nesse sentido, revela-se a face oposta ao acaso, à casualidade, à eventualidade; é a construção de aparatos formais de gestão dirigidos à transferência da informação de modo coerente com os valores, a lógica e a necessidade de um dado grupo social em um ambiente espaço-temporal determinado. Essa me parece a base essencial do documentar como elaboração e implantação de processos analíticos, representacionais e sistêmicos em que fluxos aleatórios de saberes encontram eixos estruturantes para que possam produzir sentido. (LOUREIRO, 2008, p. 24)

Portanto, a partir do caráter multidisciplinar da documentação, os museus²¹ como instituições que possuem grande quantidade de acervos de distintas tipologias, introduziram a documentação museológica para sistematizar as informações acerca desses acervos, realizando assim sua missão institucional. Segundo Maria Inêz Cândido:

²⁰ RETTORO, Yuri. 2022

²¹ Nova definição de museu aprovada pelo ICOM em 2022 estabelece que “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento”. Disponível em: icom.org.br > Acesso em: 16 de outubro de 2022.

(...) é premissa básica das instituições museológicas realizar ações voltadas para a preservação, a investigação e a comunicação dos bens culturais. Em sentido amplo, o ato de preservar inclui a coleta, aquisição, o acondicionamento e a conservação desses bens; a missão de comunicar se realiza por meio das exposições, publicações, projetos educativos e culturais; e o exercício de investigar permeia todas as atividades de um museu, fundamentando-as cientificamente. (CÂNDIDO, 2006, P.32)

Com isso, os objetos a partir do processo de aquisição ou doação ao adentrarem nos museus precisam ser documentados e preservados para que cumpram seu objetivo como difusores de conhecimentos.

Assim, o potencial de um objeto museológico como bem cultural se estabelece a partir do somatório das informações de que ele se torna portador. Ou seja, materiais, técnicas, usos, funções, alterações, associados a valores estéticos, históricos, simbólicos e científicos, são imprescindíveis para a definição do lugar e da importância do objeto como testemunho da cultura material. Mas para além desta abordagem, contendo informações intrínsecas e extrínsecas sobre o objeto, é importante ressaltar que este só se torna um bem cultural quando o indivíduo / a coletividade assim o reconhece. (CÂNDIDO, 2006, p.34)

Ainda segundo a autora, além da documentação reunir todas as informações sobre o objeto, citadas acima, ela também é um sistema de recuperação de informação, que exige conceitos e técnicas próprios, acompanhado de uma linguagem padronizada. Esses sistemas de documentação geram os inventários e/ou bancos de dados dos museus.

Para documentar as fotografias do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca, utilizamos a Documentação Museológica, diante das possibilidades que ela apresenta:

A documentação museológica tem como particularidade reconhecer os acervos museológicos, independentemente de sua natureza, como suportes de informação. Está focada na busca, reunião, organização, preservação e disponibilização de todas as informações, sobre quaisquer suportes, que digam respeito a esses mesmos acervos. (BOTTALLO, 2010, p.51)

Ao incorporarmos a documentação museológica, suas práticas e processos para dentro deste espaço religioso reafirmamos a sua importância histórica para a sociedade e também pensamos cumprir a função social de valorização da religiosidade afro-brasileira.

Os acervos digitais, como a fotografia, trazem desafios quanto a sua salvaguarda, pois necessitam de ferramentas digitais seguras, capazes de resguardar estes arquivos, sem que por algum contratempo ou obsolescência se percam ou corrompam. Para a garantia de sua integridade são necessárias algumas alternativas como por exemplo, estarem salvas em mais de um sistema de guarda de dados, ou nessas plataformas que funcionam como nuvens de dados. Na área da documentação digital para museus, a partir da iniciativa do Instituto

Brasileiro de Museus (IBRAM), podemos utilizar o Software Tainacan²². Em seu *site* ele é apresentado como: “Um software livre, flexível e potente para criação de repositórios de acervos digitais”, e ainda funciona como gestor de dados no qual o acervo pode ser armazenado e compartilhado.

Diante das propostas de desenvolvimento de sistemas de documentação das autoras Maria Inez Cândido²³ e Marilúcia Bottallo²⁴, desenvolvemos durante o Estágio Supervisionado I (MUL 391), uma ficha de registro (Anexo I), para o Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca, levando em conta a tipologia do acervo que é fotográfico digital.

A ficha de registro desenvolvida para o acervo do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca foi elaborada para que as fotografias pudessem ser catalogadas, salvaguardadas, preservadas e registradas, além disso, estarem acessíveis para o acesso das pessoas interessadas neste acervo. Além do mais, as fichas elaboradas no Software Word, possibilitam a entrada de novos acervos, inclusive de tipologias distintas.

O primeiro passo do trabalho realizado na disciplina Estágio Supervisionado I (MUL 391), foi coletar o acervo fotográfico digital. Esta coleta se deu a partir do contato pessoal com os integrantes da instituição. Foi pedido que eles enviassem através de plataformas digitais, que poderiam ser por exemplo: e-mail, aplicativos de comunicação ou link direto, as fotografias que estavam sob seus domínios. Depois de receber este acervo, o segundo passo foi catalogar as fotografias e organizá-las pelo ano a qual pertencem.

Diante do quantitativo de fotografias, percebemos que elas poderiam ser organizadas por classes e subclasses. As classes e subclasses (Anexo II) foram concebidas de acordo com as temáticas existentes dentro do Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca, e foi posteriormente aprovada pelo dirigente do Terreiro. Durante o trabalho de documentação museológica nas disciplinas de Estágio Supervisionado I e II, acompanhamos a efetivação deste campo e observamos que ele obteve um ótimo desempenho.

²² Disponível em: <https://tainacan.org/> > Acesso em: 16 de outubro de 2022

²³ Ver mais em: CÂNDIDO, Maria Inez. **Documentação Museológica**. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. 2. ed. Belo Horizonte: [s. n.], 2006, pp:31-90

²⁴ Ver mais em: BOTTALLO, Marilúcia. **Diretrizes em Documentação Museológica**. São Paulo: [s. n.], 2010, pp: 48-79.

Ao todo foram elaborados 13 campos para a ficha de registro, que são estes a seguir: Nome da Instituição; Número de Registro; Título; Autor; Data; Material; Dimensões; Classe; Data de Preenchimento; Observação; Foto e Descrição. Para que a ficha de registro seja efetiva, é necessário o preenchimento de maneira correta dos campos, como pontua Marilúcia Bottallo:

Para atingir esse objetivo é preciso entender que a Documentação Museológica é um sistema e, por isso, exige rigor metodológico. O sistema da Documentação Museológica vai além da reunião de postulados que regulam a ordem de identificação dos fenômenos museológicos. Também não se limita a ser um método de classificação de um conjunto observável. Mas, acima de tudo, trata de um conjunto de princípios que – ao serem reunidos e combinados por meio de coordenadas pré-estabelecidas – formam um corpo de doutrina. A busca, o registro e a disponibilização das informações sobre o acervo devem ser feitas de maneira padronizada de acordo com normas pré-estabelecidas. É dessa forma que podemos torná-las acessíveis de maneira ampla, fidedigna e, portanto, verdadeira, seja como fonte, ou como produto. (BOTTALLO, 2010, p.52)

Ainda segundo a autora, os campos que possuírem informações incompletas, devem ser “deixadas em branco ou preenchidas com “não se aplicam”. O vocabulário também deve ser utilizado com atenção, ou seja, deve seguir um padrão estabelecido. Por fim, algumas outras considerações:

Quanto à forma de preenchimento de nomes, informações sobre siglas, formas de inscrição de datas etc. Algumas serão indicadas ao longo do texto, outras deverão ser adaptadas em função das necessidades específicas de cada acervo e de cada instituição. As normas podem ser diferentes para cada instituição. No entanto, a regra de ouro é: criar padrões e segui-los. (BOTTALLO, 2010, P.54)

Para preencher a ficha de registro, começaremos com o campo “nome da Instituição”. Para o preenchimento utiliza-se o nome completo da instituição:

Tabela 1: Primeiro Campo

NOME DA INSTITUIÇÃO: Cabana Caboclo Pedra Branca

Fonte: da autora

Para preencher o campo “número de registro”, utilizamos o sistema bipartido sequencial, no qual utiliza-se o ano que a fotografia foi tirada seguida da sua numeração sequencial.

Tabela 2: Segundo Campo

NÚMERO DE REGISTRO: 2022-20

Fonte: da autora

Para preencher o campo “Título” pode-se utilizar um título preestabelecido pelo autor da fotografia / objeto, ou pela instituição à qual pertence o acervo.

Segundo Cândido (2006) quando “há peças, entretanto, que não têm um título. Neste último caso, registrar s/r (iniciais da expressão “sem referência”).” No caso do acervo do Terreiro, todas as fotografias possuíam título dado pela instituição no momento da documentação.

Tabela 3: Terceiro Campo

TÍTULO: Homenagem aos Marinheiros
--

Fonte: da autora

Ao preencher o campo “Autor”, levamos em conta a pessoa que registrou a fotografia, de preferência inserindo o nome completo.

Tabela 4: Quarto Campo

AUTOR: Gabrielle Fraga

Fonte: da autora

No campo “Data” inserir preferencialmente a data completa na qual a fotografia foi registrada. Para esta tipologia de acervo a data completa de acordo com a temática “Homenagem” por exemplo corresponde a um dia e mês específico que se comemora o dia do Orixá ou Entidade.

Tabela 5: Quinto Campo

DATA: 01/02/2022

Fonte: da autora

No campo “Material” inserimos a tipologia do acervo. Que neste caso é “Fotografia Digital”

Tabela 6: Sexto Campo

MATERIAL: Fotografia Digital

Fonte: da autora

O campo “dimensões” de acordo com este acervo devem ser preenchidos levando em conta o “Pixel” das fotografias. Neste caso o Pixel é o equivalente às medidas físicas que seriam tomadas em centímetros na padronização de acervos bidimensionais ou tridimensionais físicos.

Tabela 7: Sétimo Campo

DIMENSÕES: 720 x 869 Pixel

Fonte: da autora

O campo “Classe” de acordo com esta tipologia de acervo devem ser preenchidas com as classes e subclasses pré-estabelecidas. Para a ficha de registro do Terreiro foram criadas as Classes e Subclasses que correspondem às temáticas existentes na instituição. Ao todo são 5 classes e 23 subclasses (Anexo II).

Tabela 8: Oitavo Campo

CLASSE: 1.13 Marinheiros

Fonte: da autora

No campo “preenchido por”, deve ser adicionado o nome completo do profissional ou pessoa capacitada para o preenchimento da ficha. Lembrando que a pessoa que preencher a ficha deve possuir noções quanto à escrita padronizada e o sistema de preenchimento da ficha como um todo.

Tabela 9: Nono Campo

PREENCHIDO POR: Samara Romão Ferreira

Fonte: da autora

A “data de preenchimento” corresponde a data que a ficha foi preenchida, neste campo deve constar a data completa.

Tabela 10: Décimo Campo

DATA DE PREENCHIMENTO: 02/03/2022

Fonte: da autora

O campo “observação” deve ser preenchido caso tenha alguma informação/curiosidade sobre o acervo ou sobre o que está sendo representado na fotografia que não foi contemplado nos campos da ficha de registro anteriores criados.

Tabela 11: Décimo primeiro Campo

OBSERVAÇÃO: Planta da espécie Bauhinia Variegata Link, mas conhecida popularmente como “Pata de Vaca”.

Fonte: da autora

A ficha de registro possui no campo “foto” o espaço para inserir a fotografia que faz parte do acervo museológico da instituição.

Tabela 12: Décimo segundo Campo

FOTO:



Fonte: da autora

O último campo é composto pela “descrição” sumária. A descrição sumária consiste em descrever o que está sendo representado na fotografia de maneira sucinta. A descrição sumária levando em conta a tipologia do acervo, que é fotográfico, deve se ater às perspectivas de foco, panorama, vista de frente, vista de cima (variando de foto para foto). A descrição sumária é intrínseca, ou seja, descrevemos somente aquilo que nossos olhos conseguem observar na imagem. Os adjetivos presentes que servem para caracterizar e identificar, são quanto à cor ou formato por exemplo, sem juízo de valor. Ela deve ser o mais objetiva e direta possível, de modo que ao olhar a imagem e a descrição seja possível a exata identificação.

Tabela 13: Décimo terceiro Campo

DESCRIÇÃO: Tomada em foco vista de cima de objeto ritual, oferenda, no qual um arranjo está disposto sobre superfície branca. O arranjo organizado em recipiente de cerâmica arredondado é formado por flores lilás de variadas espécies, no centro da oferenda observa-se a presença de uvas roxas, ameixa e batata roxa.
--

Fonte: da autora

A ficha catalográfica em si possui uma formatação padronizada. Os títulos dos campos devem ser em fontes Times New Roman, justificado, em caixa alta e negrito. Para preencher os campos: “Nome da Instituição; Número de Registro; Título; Autor; Data; Material; Dimensões; Classe; Data de Preenchimento; Observação, utiliza-se a fonte Times New Roman em tamanho 12 com alinhamento justificado, sem negrito. Para o campo “Foto” não é necessário a adição de escrita. Levando em conta o volume que a “descrição” eventualmente ocupa, este campo deve ser preenchido com a fonte Times New Roman, tamanho 11, com alinhamento justificado e sem negrito.

A ficha catalográfica deve ser organizada na ordem descrita no texto. A esquerda adiciona-se os campos “Nome da Instituição; Número de Registro; Título; Autor; Data; Material; Dimensões; Classe; Data de Preenchimento; Observação”, a direita os campos “Foto” e abaixo, o campo “Descrição”, eles devem ser adicionados com um espaçamento maior, pois considera-se espaço que seu conteúdo ocupa.

O trabalho de documentação é metódico e deve ser exercido com atenção, seguindo as regras de padronização propostas pela ficha de documentação e pela instituição que detém o

acervo. Durante o Estágio Supervisionado I e II, foi possível desenvolver com cuidado o sistema de documentação da Cabana Caboclo Pedra Branca. Uma proposta que surgiu do dirigente da instituição.

No Estágio Supervisionado I, foi possível desenvolver o sistema de classificação das fotografias, o desenvolvimento da Ficha de Registro e posteriormente a documentação do acervo correspondente ao ano de 2019. No Estágio Supervisionado II, continuou-se o trabalho, realizando a documentação das fotografias referentes ao ano de 2020. Foi observado durante o Estágio I e II, que a ficha de registro e o sistema de classificação funcionaram efetivamente para o acervo do Terreiro.

Durante o desenvolvimento da ficha de registro foi considerada a possibilidade de seu uso por outras instituições que possuem acervos desta tipologia fotográfica digital. O sistema de classificação também poderá ser utilizado, tendo em vista que em diferentes instituições a nomenclatura correspondente às classes e subclasses podem ser substituídas.

A unicidade exigida para a localização e recuperação de recursos informacionais em ambientes digitais se dá, no caso da imagem, pelos elementos que descrevem sua forma de maneira a tornar possível a identificação de um esquema para construção de formas de representação da imagem de modo a torná-la única, o que exige um tratamento para além de conteúdo. Nesse sentido, construir formas mais eficientes para representá-las é um modo de torná-las disponíveis, acessíveis e recuperáveis, assim se torna especialmente necessário o esforço na padronização das orientações para a descrição do material imagético. (SIMIONATO, 2009, p.126).

Ao documentar as fotografias do Terreiro entendemos que efetuamos um ato de resistência e colaboramos no fortalecimento dos conhecimentos e saberes ali existentes e transmitidos. Ao mesmo tempo aplicamos os conhecimentos da Museologia na salvaguarda e preservação de um acervo de tipologia específica e contemporânea, ou seja, a fotografia digital, o que nos permite explorar de forma conceitual e na prática, procedimentos de documentação que são mais do que seculares, exercendo a nossa capacidade crítica e profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Xangô, Kaô meu pai
Os seus filhos bambeiam
mas não caem²⁵*

Durante o desenvolvimento da pesquisa, conseguimos trazer para o trabalho um pouco da história desta religião, única e exclusivamente brasileira, institucionalizada a partir da chegada do Caboclo das Sete Encruzilhadas através do médium Zélio Fernandino de Moraes. A Umbanda, no cenário nacional, se instaurou com os movimentos de modernização da própria sociedade. Falar sobre a Umbanda diante de todo histórico de intolerância, apontado no trabalho, é reafirmar que a religião merece respeito e o seu lugar de visibilidade no meio social.

Foi importante destacar no trabalho, indo contra a ideia de apagamento, a luta e a resistência dos negros pelo direito de existir e professar a fé, através do sincretismo, da malandragem, e da crença nas suas divindades pois assim garantiram o prosseguimento das religiosidades vindas do continente africano. Uma vez em solos brasileiros se misturaram e deram vida a novas manifestações.

A pesquisa trouxe para o trabalho o estudo de caso sobre o Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca, uma instituição Umbandista que está localizada na cidade de Lagoa Santa, região metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais), coube a pesquisa como forma de enaltecimento desse espaço, apresentar sua história de formação, os aspectos geográficos e seu impacto na comunidade. Reconhecendo os Terreiros como lugares de acolhimento, de impacto social positivo e de memória colaboramos com a difusão de conhecimento a respeito das religiões de matriz africana com intenção de diminuir o olhar preconceituoso que as pessoas tomadas de fundamentalismos possuem contra estas manifestações religiosas.

Como lugar de memória vivido coletivamente, o Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca guarda um pouco da sua história através dos registros fotográficos. Estes registros feitos pelos integrantes da casa, tem o papel afetivo e documental. E para além disso, atuam como preservadores de uma memória que resiste contra o apagamento social.

²⁵ Ponto de Xangô, composto por Leo Batuke.

Para que estes registros sejam preservados e salvaguardados, desenvolvemos a Documentação Museológica para esta tipologia de acervo, que é fotográfica digital. Durante o processo de documentação, foi feita a coleta, catalogação, registro e classificação do acervo. O processo de classificação foi desenvolvido e realizado de acordo com as temáticas que eram representadas por ele. Foi criada uma ficha de registro com embasamento teórico de figuras importantes da área de Documentação Museológica. Após documentarmos esse acervo, garantimos a sua guarda e continuidade como herança para as próximas gerações, e para as pessoas interessadas neste tema, no presente e no futuro.

Apresentamos no trabalho todo o processo que foi realizado durante a Documentação Museológica, desde o momento inicial até o resultado final a fim de compartilhar com as/os leitoras/res as possibilidades de se documentar tipologias de acervos contemporâneos, ou seja, digitais.

E por fim, considerando o caráter interdisciplinar da Museologia, este trabalho veio reafirmar as possibilidades que este importante campo de conhecimento pode alcançar para além dos museus e instituições tradicionais, sendo capaz de atuar em áreas e lugares completamente distintos.

*A sineta do céu bateu
Oxalá já diz é hora
Eu vou, eu vou, eu vou
Ficar com Deus e Nossa Senhora²⁶*

²⁶ Ponto de subida, cantado em Terreiros de Umbanda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A FORÇA Social da Umbanda: Em crise, a “religião brasileira” mantém poder cultural de inclusão. [S. l.], out 2011. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-forca-social-da-umbanda/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

AGUIAR, Sarah. **Pai Erlon de Oxalá**. Lagoa Santa, 2021. Digital.

BANDEIRA da Umbanda. [S. l.], 14 jul. 2011. Disponível em: <http://umbandareligiaobrasileira.blogspot.com/2011/06/bandeira-da-umbanda.html>. Acesso em: 22 ago. 2022

BONIFÁCIO, Welberg Vinicius G. A Invisibilidade das Religiões Afrobrasileiras nas Paisagens Urbanas. **PRODUÇÃO ACADÊMICA**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 134-147, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/3739>. Acesso em: 15 set. 2022.

BOTTALLO, Marilúcia. **Diretrizes em Documentação Museológica**. São Paulo: 2010, pp: 48-79.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira e ARAÚJO, Marcelo Mattos e COUTINHO, Maria Inês Lopes. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo. 2010

CABANA CABOCLO PEDRA BRANCA (Lagoa Santa). **O registro fotográfico**. 2019. Digital. Disponível em: Acervo da Instituição. Acesso em: 15 mar. 2022.

CÂMARA, Erlon Campelo. [O Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca, fundação e desenvolvimento]. WhatsApp. [Conversa com Samara Romão Ferreira]. 29 set. 2022. 19h38.1 áudio de WhatsApp.

CÂNDIDO, Maria Inez. **Documentação Museológica**. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. 2. ed. Belo Horizonte: 2006, pp :31-90.

DE OXÓSSI, Pai Leonardo. **SOBRE O RITO DE OBRIGAÇÃO NA UMBANDA**. [S. l.], 25 set. 2015. Disponível em: <https://umbandaeucurto.com/umbandas-ou-vertentes/>. Acesso em: 10 out. 2022.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. [S. l.]: Armand Colin, 2013, 98 p.

ELLIOTT, Ariluci Gois; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. **A fotografia como documento e suporte à construção da memória**. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciências da Informação, João Pessoa, 2015.

FERNANDES, Bruno. **Terreiro de umbanda é alvo de ataques no bairro caieiras**. São João Del Rei, 24 fev. 2022. Digital. Disponível em: <https://radiosaojoaodelrei.com.br/2022/02/24/terreiro-de-umbanda-e-alvo-de-ataques-no-bairro-caieiras/>. Acesso em: 19 out. 2022.

FERREIRA, Samara Romão. **Homenagem para Oxum**. Lagoa Santa, 8 dez. 2020. Digital. Acervo Pessoal.

FERRETTI, Sérgio E. Sincretismo Afro-brasileiro e Resistência Cultural. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-198, jun 1998. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831998000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/QWFNFZz6HMYcJzMPJ5j8sgC/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Compara%20a%20continuidade%20e%20resist%C3%Aancia,combate%20ou%20oculta%C3%A7%C3%A3o%20do%20sincretismo>. Acesso em: 15 set. 2022.

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação museológica: teoria para uma boa prática: estudos de museologia**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1994, p. 65-74. (Cadernos de ensaios, 2).

FRAGA, Gabrielle. **O Terreiro**. 13 out. 2022. Digital.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

GÓIS, Aurino José. **A geografia religiosa dos terreiros de candomblé de Contagem, Minas Gerais**. Dossiê educação e religião, Belo Horizonte, v. 8, ed. 14, p. 14-38, 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/P.1983-8478.2013v8n14p348/6236>. Acesso em: 19 de outubro de 2022.

GOOGLE EARTH (Lagoa Santa). **Limite territorial ocupado por Lagoa Santa**. [S. l.: s. n.], 2020. Fotografia aérea. Disponível em: https://earth.google.com/web/search/lagoa+santa/@-19.62621095,-43.88270982,763.29402479a,43793.14472797d,34.99985121y,0h,0t,0r/data=CnQaShJECiMweGE2N2M2NjBhZGFkMjlmOjB4NGM0MjBjZTQ3ZDgzNzY1YmxMa8jDqUzwCFS8doAx_NFwCoLTGFnb2EgU2FudGEYAIAiABIYKJAnsEkDBKJMzwBEjc4pURaozwBk8-PWMIOIFwCESZro-QfdFwDlpCicKJQohMURvY2E3Q21vWm1jTVY4UU9xTVBFa3RGSUftZjRjS3ZfIAE. Acesso em: 21 set. 2022

GOOGLE EARTH (Lagoa Santa). **Localização da CPB na cidade de Lagoa Santa**. [S. l.: s. n.], 2020. Fotografia aérea. Disponível em: <https://earth.google.com/web/search/lagoa+santa/@-19.63799753,-43.89789034,743.16978047a,6908.36792468d,35y,0h,0t,0r/data=CnMaSRJDCiIweGE2N2M3ZDkxOGNIZGRiOjB4YT M3Yzk5ZmQzYWE5ODg4GcMsDy0NpTPAITXy1H7G80XAKgtsYWdvYSBzYW50YRgCIAEiJgokCZ4JmKDSmDPAEQ2gUMgVqjPAGSTRxeEu6EXAIYg-jXA9-0XAMikKJwolCiExRG9jYtDdbW9abWNNVjhRT3FNUeVrdEZJS19mNGNLdl8gAQ>. Acesso em: 21 set. 2022

GOOGLE EARTH (Lagoa Santa). **Posicionamento de Lagoa Santa em relação a Belo Horizonte**. [S. l.: s. n.], 2020. Fotografia aérea. Disponível em: <https://earth.google.com/web/search/Belo+Horizonte,+MG/@-19.72441471,-43.94337195,782.53583163a,142537.63466014d,35y,0h,0t,0r/data=CncaTRJHCiMweGE2OTBjYWNhY2YyYzMzOjB4NWIZNTc5NWUzYWQyMzk5NxnKUuv9RuszwCGHpBZKJvhFwCoOQmVsby>

B1b3Jpem9udGUYASABliYKJAmquPhrpR0zwBEXZZxc_II0wBkSc52iHUZFwCGgZU4qz
NJGwA. Acesso em: 21 set. 2022

GOOGLE EARTH (Templo Umbandista Cabana Pedra Branca). **O Terreiro e a mata fechada**. [S. l.: s. n.], 2020. Fotografia aérea. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-19.61355278,43.90415808,714.97146443a,467.6965128d,35y,60.80224968h,13.61684726t,0r/data=CkMaQRI7CiMweGE2N2JhNGM3ZTUzNWQxOjB4MjZjMzY3MTQyZDNmNzFiNSoUVEVNUExPCIVNQkFOREITVEHigKYyAiAB>. Acesso em: 21 set. 2022

GUIA MAPA (Lagoa Santa). **O Terreiro (ponto amarelo) e o Córrego Bebedouro**. [S. l.: s. n.], [2020?]. Fotografia aérea. Disponível em: <https://guiamapa.com/mg/lagoa-santa/quebra/rua-ana-pinto-coelho>. Acesso em: 21 set. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA, 1990, 189 p.

HINO da Umbanda. [S. l.], ?. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/umbanda/914435/>. Acesso em: 2 set. 2022.

HISTÓRIA da Umbanda. [S. l.], 20 jul. 2017. Disponível em: <https://www.paimaneco.org.br/2017/07/20/historia-da-umbanda-caboclo-das-sete-encruzilhadas/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

IBGE (Lagoa Santa). Amostra-religião. In: **Censo Demográfico**. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lagoa-santa/pesquisa/23/22107?detalhes=true>. Acesso em: 6 out. 2022.

IBGE (Lagoa Santa). Panorama. In: **Censo Demográfico**. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lagoa-santa/panorama>. Acesso em: 21 set. 2022.

IBGE. Amostra-religião. In: **Censo Demográfico**. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/>. Acesso em: 19 ago. 2022

ICOM aprova Nova Definição de Museu. [S. l.], 25 ago. 2022. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?p=2756>. Acesso em: 16 out. 2022

JUNIOR, Ademir Barbosa. **O Livro Essencial da Umbanda**. São Paulo: Universo dos Livros, 2018. 336 p.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4. ed. aum. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012, 178 p.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. **A Documentação e suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica**. In: MAST Colloquia: Documentação em Museus. Rio de Janeiro: 2008. v. 10, p. 24-30.

MELO, Ednay. **A Umbanda antes de Zélio de Moraes**. [S. l.], 5 set. 2021. Disponível em: <https://www.tendadeumbandaluzecaridade.com.br/2021/09/a-umbanda-antes-de-zelio-de-mor-aes.html?m=1>. Acesso em: 5 ago. 2022

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa**. São Paulo: Polén, 2020. 160 p.

OMOLUBÁ, Ney Nery dos Reis. **Doutrina e Práticas Umbandistas**: Cadernos de Umbanda. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2009. 294 p.

OMOLUBÁ, Ney Nery dos Reis. **Fundamentos de Umbanda**: Revelação Religiosa. 4. ed. São Paulo: Cristális Editora e Livraria, 2004. 126 p.

PAIVA, José Maria de. TRANSMITINDO CULTURA: A Catequização dos Índios do Brasil, 1549-1600. **Revista Diálogo Educacional**, V. 1, n.2, p. 1-22, 2000.

PASSOS, Dílson Júnior. A formação do sincretismo religioso no Brasil.1988.

PAULO FRANCO, G. As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência. **Sacrilegens**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. p. 30–46, 2021. DOI: 10.34019/2237-6151.2021.v18.34154. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/34154>. Acesso em: 13 set. 2022.

PAULUZE, Thaiza. **Brasil registra três queixas de intolerância religiosa por dia em 2022; total já chega a 545 no país**. São Paulo, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/07/22/brasil-registra-tres-queixas-de-intolerancia-religiosa-por-dia-em-2022-total-ja-chega-a-545-no-pais.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2022

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. Do Epistemicídio: As Estratégias de Matar o Conhecimento Negro Africano e Afrodiaspórico. **FILOSOFIA AFRICANA: PERTENCIMENTO, RESISTÊNCIA E EDUCAÇÃO** –, Brasília, v. 10, ed. 2, p. 167-194, 2019. DOI <https://doi.org/10.7443/problemata.v10i2.49136>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/49136/28617>. Acesso em: 12 set. 2022.

PRANDI, Reginaldo. De Africano a Afro-Brasileiro: Etnia, Identidade, Religião. *Revista USP*, [S. l.], n. 46, p. 52-65, 2000. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i46p52-65. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32879>. Acesso em: 10 set. 2022

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 624 p.

RETTORO, Yuri. **O caçador entende o tempo da flecha**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CbfW7hkOr43/>. Acesso em: 19 out. 2022

ROMÃO, Tito Lívio Cruz. Sincretismo Religioso como Estratégia de Sobrevivência: Divindades Africanas e Santos Católicos em Tradução. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 57, n. 1, p. 353-381, 2018.

ROSENDAHL, Zeny. **Uma procissão na geografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, 408 p.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 17 out. 2022.

SIMIONATO, Ana Carolina. **Catálogo de Imagens Digitais**. RIC - FFC, São Paulo, v. 9, ed. 2, p. 116-129, 9 ago. 2009. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/238>. Acesso em: 18 de outubro de 2022.

SOARES, Bruno César Brulon. Magia, Musealidade e Musealização: conhecimento local e construção de sentido Opô Afonjá. **Revista Musear**, Ouro Preto, n. 1, p. 61-75, 2012.

TAINACAN. Disponível em: <https://tainacan.org/>. Acesso em: 16 out. 2022.

UMBANDA EU CURTO. **Zélio de Moraes, seus estranhos “ataques” e o nascimento da Umbanda**. [S. l.], 21 jan. 2021. Disponível em: <https://umbandaeucurto.com/zelio-de-moraes-umbanda/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

UMBANDAS ou Vertentes e suas manifestações. [S. l.], 20 jan. 2021. Disponível em: <https://umbandaeucurto.com/umbandas-ou-vertentes/>. Acesso em: 10 out. 2022.

VALENTE, Waldemar. **Sincretismo Religioso Afro-Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995. 117 p. v. 280

VEIGA, Edison. **Zélio, o Caboclo das Sete Encruzilhadas: o 'fundador da umbanda' que não é bem aceito por umbandistas atuais**. [S. l.], 31 dez. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59677047>. Acesso em: 25 ago. 2022.

VIEIRA, Isabela. **Umbanda é declarada patrimônio imaterial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Luana Lourenço, 8 nov. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/umbanda-e-declarada-patrimonio-imaterial-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 02 set. 2022.

ANEXOS

Anexo I – Ficha de Registro

NOME DA INSTITUIÇÃO:	FOTO:
Nº DE REGISTRO:	
TÍTULO:	
AUTOR:	
DATA:	
MATERIAL:	
DIMENSÕES:	
CLASSE:	DESCRIÇÃO:
PREENCHIDO POR:	
DATA DE PREENCHIMENTO:	
OBSERVAÇÃO:	

Anexo II – Sistema de Classificação

CLASSE 1 – Homenagens

Subclasse:

1.1 Oxalá

1.2 Oxóssi

1.3 Ogum

1.4 Nanã

1.5 Obaluaê

1.6 Iemanjá

1.7 Xangô

1.8 Ossãe

1.9 Oxumaré

1.10 Ibeje

1.11 Iansã

1.12 Oxum

1.13 Marinheiros

1.14 Preto Velho

1.15 Exu e Pomba Gira

1.16 Erê

CLASSE 2 – Obrigações

Subclasse:

2.1 Oxalá

CLASSE 3 – Casamentos

Subclasse:

Casamento 3.1

Casamento 3.2

Casamento 3.3

CLASSE 4 – Casa

Subclasse:

Jardim 4.1

Reforma 4.2

Limpeza 4.3

CLASSE 5 – Integrantes

Anexo III - Fichas de Registro Preenchidas

NOME DA INSTITUIÇÃO: Cabana Caboclo Pedra Branca	FOTO: 
Nº DE REGISTRO: 2019-33	
TÍTULO: Oferenda para Obaluaê	
AUTOR: Cleonice Stangherlim	
DATA: 15/08/2019	
MATERIAL: Fotografia Digital	
DIMENSOES: 1280 x 956 pixels	
CLASSE: 1.5 Obaluaê	DESCRIÇÃO: Tomada em foco visto de cima de objeto ritual, oferenda, na qual observa-se um arranjo disposto sobre superfície branca. No arranjo, organizado em recipiente arredondado nota-se a presença de palhas, pipocas, flores brancas e vermelhas e folhagens, ao centro observa-se uma figura que tem seu corpo tampado por uma capa de palha amarela. Na parte superior da palha na altura da cabeça um adorno arredondado branco com bolinhas pretas, em seu braço direito dois braceletes dourados, em sua mão esquerda carrega um objeto triangular na cor marrom. Atrás da oferenda vê-se um machado de duas faces de cor prata, a esquerda nota-se a presença de um recipiente de cerâmica branco com tampa, a direita vê-se um arranjo de flores brancas e ramos secos.
PREENCHIDO POR: Samara Romão Ferreira	
DATA DE PREENCHIMENTO: 18/05/2022	
OBSERVAÇÃO:	

NOME DA INSTITUIÇÃO: Cabana Caboclo Pedra Branca	FOTO: 
Nº DE REGISTRO: 2020-85	
TÍTULO: Banho dos Marinheiros	
AUTOR: Rodrigo Sena Junior	
DATA: 02/02/2020	
MATERIAL: Fotografia Digital	
DIMENSÕES: 1280 x 956 Pixels	
CLASSE: 1.13 Marinheiro	DESCRIÇÃO: Tomada em foco vista de cima observa-se a imagem de um homem de pele branca, cabelos grisalhos, traja vestes brancas, colar marrom comprido em volta do pescoço, com suas mãos manuseia uma garrafa com um líquido escuro e ervas, a garrafa está apoiada em uma bacia branca que possui em seu interior restos do líquido escuro e das ervas. Ao lado esquerdo do homem nota-se a presença de outra pessoa de pele branca e trajes brancos, auxiliando com um canecão de metal o envasamento do líquido.
PREENCHIDO POR: Samara Romão Ferreira	
DATA DE PREENCHIMENTO: 01/09/2022	
OBSERVAÇÃO: -	

NOME DA INSTITUIÇÃO: Cabana Caboclo Pedra Branca	FOTO: 
Nº DE REGISTRO: 2020-87	
TÍTULO: Aos pés de Iemanjá	
AUTOR: Rodrigo Sena Junior	
DATA: 02/02/2020	
MATERIAL: Fotografia Digital	
DIMENSÕES: 1280 x 956 Pexels	DESCRIÇÃO: Tomada em foco vista de frente observa-se variadas conchas do mar de cores e formatos distintos dispostas sobre um recipiente branco arredondado, entre as conchas observa-se um fio bicolor composto por contas azuis e brancas. Ao centro do arranjo observa-se a parte inferior de uma figura que traja vestes azuis, aos pés da figura detalhes arredondados coloridos e em placa retangular dourada lê-se "Iemanjá".
CLASSE: 1.13 Marinheiro	
PREENCHIDO POR: Samara Romão Ferreira	
DATA DE PREENCHIMENTO: 01/09/2022	
OBSERVAÇÃO: -	

NOME DA INSTITUIÇÃO: Cabana Caboclo Pedra Branca	FOTO:
Nº DE REGISTRO: 2020-109	
TÍTULO: Nanã Buruquê	
AUTOR: Rodrigo Sena Junior	
DATA: 28/07/2020	
MATERIAL: Fotografia Digital	
DIMENSÕES: 1280 x 960 Pixels	DESCRIÇÃO: Tomada em foco vista de frente de objeto ritual, oferenda, observa-se um arranjo formado por flores roxas de variadas espécies, folhagens e uma rosa branca. No centro da oferenda nota-se a presença de uma figura humana de pele negra, traz na cabeça uma coroa dourada, traja veste branca com detalhes em roxo e colares dourados em volta do pescoço. Entre as mãos segura um objeto de tom marrom no formato de uma corda em laço. Ao fundo observa-se um tecido rendado branco.
CLASSE: 1.4 Nanã	
PREENCHIDO POR: Samara Romão Ferreira	
DATA DE PREENCHIMENTO: 05/09/2022	
OBSERVAÇÃO:	

NOME DA INSTITUIÇÃO: Cabana Caboclo Pedra Branca	FOTO: 
Nº DE REGISTRO: 2020- 114	
TÍTULO: Oferenda para Obaluaê	
AUTOR: Rodrigo Sena Junior	
DATA: 15/08/2020	
MATERIAL: Fotografia Digital	
DIMENSÕES: 428 x 1000 Pixels	DESCRIÇÃO: Tomada em foco vista de cima de objeto ritual, oferenda, no qual um arranjo está disposto sobre esteira de palha. Em primeiro plano a esquerda da oferenda observa-se uma peneira de palha coberta por pipoca, na parte central observa-se uma pétala de flor vermelha e palhas moldadas em formato arredondado. Na parte central da oferenda observa-se pipocas de coloração avermelhadas que formam o desenho de uma cruz, na parte central, inferior e superior da cruz observa-se pétalas de flor vermelha, no topo da cruz observa-se uma vela bicolor branca e preta de sete dias. A direita da cruz nota-se um arranjo arredondado formado por palhas e pipocas em seu interior, na parte central observa-se pétalas de flor vermelha. Em segundo plano a esquerda nota-se um recipiente de cerâmica arredondado coberto por fumo, na extremidade a direita nota-se um recipiente arredondado marrom coberto por um líquido escuro, ao seu lado esquerdo nota-se um recipiente de cerâmica arredondado coberto por um líquido escuro. Por toda a esteira de palha em volta dos arranjos nota-se a presença de folhagens verdes e limões partidos ao meio.
CLASSE: 1.5 Obaluaê	
PREENCHIDO POR: Samara Romão Ferreira	
DATA DE PREENCHIMENTO: 05/09/2022	
OBSERVAÇÃO:	